

1 ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE  
2 MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS  
3 QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM, REALIZADA NO DIA **25 DE**  
4 **OUTUBRO DE 2024**, SEMIPRESENCIALMENTE, NO AUDITÓRIO DA  
5 OUVIDORIA AGRÁRIA E VIA TEAMS.

6 Aos **25 (vinte e cinco) dias do mês de outubro de 2024**, às 9:00h, deu-  
7 se início a 08ª Reunião Ordinária de 2024, dos membros da Comissão  
8 Permanente de Monitoramento, Estudo e Assessoramento das Questões  
9 Ligadas à Grilagem (CPMEAQLG), de forma semipresencial, no auditório  
10 da Ouvidoria Agrária do TJPA e via Microsoft Teams, presidida pelo Des.  
11 Mairton Marques Carneiro. **Presentes os membros da Comissão:**  
12 Aldenor Gonçalves do Nascimento – Iterpa; Eliana França dos Santos  
13 Zacca – FAEPA; Mario Alfredo Solano – FAEPA; Ibraim José das Mercês  
14 Rocha – PGE; Herena Neves Maués Correa de Melo – MPE; José Batista  
15 Gonçalves Afonso – CPT; Solange Mota – FIEPA; Bruno Valente – MPF  
16 PA; Carlos Bordalo – ALEPA; Marcos Wagner Teixeira – DPU; Girolamo  
17 Treccani – FETAGRI; José Batista Gonçalves Afonso – CPT; Verena Fadul  
18 dos Santos – SEIRDH; Jarbas Vasconcelos do Carmo – SEIRDH; Andreia  
19 Macedo Barreto – DPE. **Participaram remotamente os juizes das Varas**  
20 **Agrárias:** Manuel Carlos de Jesus Maria, Amarildo Jose Mazutti e Haroldo  
21 Silva da Fonseca. **PAUTA.** ITEM 01. Aprovação da ata da reunião  
22 realizada em 27 de setembro de 2024; ITEM 02. Convite para o evento  
23 da visita da imagem peregrina de Nossa Senhora de Nazaré no dia 29 de  
24 outubro de 2024 na Ouvidoria Agrária; ITEM 03. Exposição dos trabalhos  
25 realizados e acordos obtidos pela Comissão de Soluções Fundiárias do  
26 Poder Judiciário do Pará; ITEM 04. Mortes ocorridas na Fazenda  
27 Mutamba, em Marabá/PA. 4.1. Nota dos Movimentos Sociais, datado em  
28 14 de outubro de 2024. 4.2. Nota de repúdio do Sistema Faepa, datado  
29 em 15 de outubro de 2024. ITEM 05. O que ocorrer. *A reunião foi gravada*  
30 *em áudio e vídeo, com gravação realizada posteriormente.* **DES.**  
31 **PRESIDENTE MAIRTON CARNEIRO:** Bom dia a todos, gente. Hoje  
32 quem atrasou fui eu, mas por um... Oi, estão me ouvindo bem? Nós  
33 temos... vamos, então vamos lá. Hoje nós temos alguns assuntos meio

34 polêmicos para tratar e nós temos alguns... quem está aqui? Você pediu  
35 quem foi? **ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO:** O MPF, o desembargador. **DES.**  
36 **PRESIDENTE MAIRTON CARNEIRO:** Ah está bem, ele está presente?  
37 **ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO:** O desembargador, o Dr. Bruno. **DES.**  
38 **PRESIDENTE MAIRTON CARNEIRO:** Dr. Bruno, bom dia, tudo bem?  
39 Vamos inverter a pauta aqui, atendendo ao pedido do nobre procurador,  
40 que é o item 4, não é isso? O item 4 da pauta, não é? É, aqui tem o item  
41 4, mortes ocorridas na Fazenda Mutamba, em Marabá, nota dos  
42 movimentos sociais datada de 14 de outubro de 2024, nota de repúdio do  
43 sistema FAEP, datada de 15 de outubro de 2024, notícia, o deputado  
44 Bordalo solicita investigação urgente sobre a ação policial da Fazenda  
45 Mutamba, Marabá, direito de resposta do deputado Bordalo, expediente  
46 recebido na ouvidoria pelos movimentos sociais no dia 24 do 4 de 2024.  
47 Este último expediente aqui veio dos movimentos sociais e eu ainda não  
48 tive, não sei se a Secretaria providenciou o encaminhamento para os  
49 componentes da comissão deste último expediente dos movimentos  
50 sociais, mas o Dr. Mazutti está na reunião? **ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO:**  
51 Está on-line, Dr. Mazutti está on-line e esse documento que o senhor  
52 refere foi juntado no WhatsApp da comissão, um dos membros  
53 endereçou, não recordo quem. **DES. PRESIDENTE MAIRTON**  
54 **CARNEIRO:** Está bem, então está bom. Vamos, Dr. Mazutti, por  
55 gentileza, eu queria, sua excelência, eu quero esclarecer as pessoas  
56 primeiro que tudo que o judiciário na reintegração de posse não tem  
57 absolutamente nada com isso que está ocorrendo na Fazenda Mutamba.  
58 A comissão já esteve lá, já foi devolvido o processo para a vara agrária e  
59 está sob a custódia do Dr. Mazutti. Eu vejo nessa nota dos movimentos  
60 sociais querendo falar do Dr. Mazutti e nós não temos nada com isso. A  
61 princípio nós não temos nada com isso. Isso foi uma questão aqui policial,  
62 foi criminal que foram cumprir e a princípio nós não temos, o agrário não  
63 tem absolutamente nada com isso. Mas nós não podemos fechar os  
64 olhos. A comissão não pode fechar os olhos porque acima de tudo houve  
65 mortes. Se foi legal ou não foi legal, isso é problema do delegado de  
66 polícia, mas é problema nosso também. E eu queria que o Dr. Mazutti,

67 que é o nosso, podemos colocar aí o link, ele está na sala já? Já está?  
68 Dr. Mazutti, por favor, está com a palavra. É que não aparece aqui. Por  
69 favor, Dr. Mazutti. **Sr. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI:** É só um minutinho  
70 que estou tentando entrar aqui. Só um pouquinho. Nós não estamos na  
71 sala. **DES. PRESIDENTE MAIRTON CARNEIRO:** Foi, agora. Pode falar,  
72 Dr. Mazutti. **Sr. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI:** Estou tentando entrar aqui  
73 porque não estou conseguindo. **DES. PRESIDENTE MAIRTON**  
74 **CARNEIRO:** Está bem, enquanto... Está bem. Vê se... Nós estamos lhe  
75 ouvindo. **Sr. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI:** Agora deu certo. **DES.**  
76 **PRESIDENTE MAIRTON CARNEIRO:** Agora. Pois não? **Sr. AMARILDO**  
77 **JOSÉ MAZUTTI:** Consegui o acesso. O senhor deu a palavra para mim  
78 sobre que assunto vocês estavam falando? Que eu não ouvia nada. **DES.**  
79 **PRESIDENTE MAIRTON CARNEIRO:** Agora. Eu estou... É sobre a  
80 Fazenda Mutamba. Como é que está o processo na sua... **Sr. AMARILDO**  
81 **JOSÉ MAZUTTI:** Não, está tudo bem. O processo da Mutamba é um  
82 processo muito antigo de várias desocupações, várias reocupações.  
83 Bom, mas o processo foi sentenciado, não é? Sentenciado. E ele está  
84 comigo. Aí, foi engraçado com apelação. Apelação. Foi encaminhado para  
85 o tribunal. E eu estou a ouvir algum pedido de cumprimento de sentença.  
86 De cumprimento de sentença. Aí, eu determinei a caução. E está no prazo  
87 para ouvir os requeridos. Para ouvir os requeridos, não é? Depois que eu  
88 tiver uma palavra dos requeridos sobre o cumprimento de sentença, eu  
89 darei visita ao Ministério Público e vou decidir. É aí que está o pé da  
90 situação. **DES. PRESIDENTE MAIRTON CARNEIRO:** É isso que está. O  
91 processo de... **Sr. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI:** Senhor, eu não consigo  
92 ouvir o senhor, desembargador. **DES. PRESIDENTE MAIRTON**  
93 **CARNEIRO:** É só isso. Conta isso. O meu está mudo? Ouviu? Apagou.  
94 Vamos, vamos. Bom, então... Bom, então, vocês ouviram o que o senhor  
95 Mazutti falou. Se o senhor [ininteligível] alguma coisa parecida? **Sr.**  
96 **AMARILDO JOSÉ MAZUTTI:** Na área? **DES. PRESIDENTE MAIRTON**  
97 **CARNEIRO:** É, eu não. **Sr. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI:**  
98 Desembargador, pelo que... Eu fiquei sabendo, na verdade, o que  
99 aconteceu na divulgação das notas, atribuindo a Vara Agrária. Mas não

100 tem nada. A Vara Agrária... Nós pedimos mandados. Eu até fiquei  
101 surpreso, não é? Na verdade, apareceu algumas notas aí, atribuindo a  
102 Vara Agrária. Mas a Vara Agrária, nós não pedimos mandados, não  
103 fizemos nada. A gente lamenta muito. Lamenta muito essas situações,  
104 não é? Porque eu acho que todo conflito, não é, todas as mortes, todas  
105 as vidas importam, não é? Mas, isso aqui, na verdade, pelo que a gente  
106 tem conhecimento, teria sido um cumprimento mandado em prisão, aí.  
107 Que foi requerido ao juiz criminal e o juiz criminal teria deferido, não é?  
108 Essa medida. E, aí, aconteceu essa questão aí de... essas mortes, não  
109 é? Eu acho que tem que ser apurado mesmo, realmente, para ver o que  
110 é que aconteceu, não é? Eu acho que tudo é a transparência que a gente  
111 sempre faz aqui no Pará. **DES. PRESIDENTE MAIRTON CARNEIRO:** Eu  
112 poderia pedir, se o Dr. Bruno... Alô, Dr. Bruno. Alô, Dr. Bruno [ininteligível].  
113 **BRUNO VALENTE - MPF:** Obrigado, excelência. Primeiro, eu quero  
114 [ininteligível] pauta, está bem? [Ininteligível] nós tivemos a 10 horas de  
115 [ininteligível] ano e meio. Bom, aí a informação é que... Foi muito tempo  
116 que não conseguimos falar de qualquer assunto [ininteligível] condenação  
117 [ininteligível] questões parecidas com essa e ela instaurou uma medida  
118 preventiva, [ininteligível] brasileiro no dia 29, só para não demorar a sair  
119 do caso. E parece que na noite [ininteligível] noite. [Ininteligível] criminal  
120 [ininteligível] mortes. Ocorreu o cumprimento [ininteligível] pediu busca e  
121 apreensão. E no procedimento dela, não é, ao menos uma coisa  
122 importante já foi feita, que é que a polícia sentiu que não tinha mais  
123 condições de fazer a perícia adequadamente com os cadáveres. Em  
124 relação à intervenção da polícia federal, [ininteligível] e parece que é  
125 menos que parte aquela perícia que pode ser realizada. Então... obrigado.  
126 Então, [ininteligível] subsidiária [ininteligível] e já houve um caso  
127 semelhante, um caso que não está [ininteligível]. **DES. PRESIDENTE**  
128 **MAIRTON CARNEIRO:** [ininteligível] A doutora Josélia [ininteligível].  
129 **JOSELIA BARROS - MPPA:** Sim, doutor. **DES. PRESIDENTE MAIRTON**  
130 **CARNEIRO:** Queria pedir à doutora Josélia, que a doutora que está  
131 [ininteligível]. Doutora Herena veio? Oh, doutora, tudo bem? Eu não sei  
132 se a senhora tem conhecimento [ininteligível] já chegou, e que o Ministério

133 Público Estadual, está estava ouvindo o pessoal ontem... Está bem. E eu  
134 queria saber se existe alguma situação, tem algum tipo de situação  
135 [ininteligível], por favor. [Ininteligível] então, doutora, Josélia, por favor.  
136 Bom dia. **JOSELIA BARROS - MPPA:** Bom dia. O senhor consegue me  
137 ouvir? Todos me ouvem? **DES. PRESIDENTE MAIRTON CARNEIRO:**  
138 Sim, sim. **JOSELIA BARROS - MPPA:** Doutor, esse procedimento  
139 criminal está sendo acompanhado pelo doutor Samuel Furtado, ele está  
140 fazendo a política, e tão logo que esteja concluído, será encaminhado ao  
141 relatório. O Ministério Público acompanha tanto pela PJ agrária, como  
142 pela PJ criminal. **DES. PRESIDENTE MAIRTON CARNEIRO:** Muito bem.  
143 A senhora poderia me contar alguma situação em que ou não, só quando  
144 encerrado? **JOSÉLIA BARROS - MPPA:** Só quando encerrado, doutor,  
145 mas está sendo acompanhado de perto pelo Ministério Público por duas  
146 promotoras. **DES. PRESIDENTE MAIRTON CARNEIRO:** Muito bem,  
147 muito bem. Obrigado. Mais alguma diferença, doutora? **JOSÉLIA**  
148 **BARROS - MPPA:** No momento, estão sendo feitas notícias no  
149 levantamento. Uma testemunha já compareceu, e um com mandado de  
150 prisão também já se apresentou. Então, as investigações estão  
151 adiantadas. Tão logo que esteja concluído, será encaminhado para a  
152 comissão. **DES. PRESIDENTE MAIRTON CARNEIRO:** Apenas uma  
153 pergunta. Eu pergunto para a senhora, se puder me informar se existe  
154 uma delação premiada eu não sei nem se existe, se não existe. **JOSELIA**  
155 **BARROS - MPPA:** Sim, doutor. Há essa informação. **DES. PRESIDENTE**  
156 **MAIRTON CARNEIRO:** Há essa informação. A senhora [ininteligível],  
157 não? Aqui para a comissão. **JOSELIA BARROS - MPPA:** Não, porque  
158 não sou eu que estou conduzindo e em respeito ao trabalho do colega  
159 vou me resguardar para que ele fale no momento apropriado. **DES.**  
160 **PRESIDENTE MAIRTON CARNEIRO:** Muito bem. Muito obrigado.  
161 Doutora Herena por favor. **Sra. HERENA NEVES MAUÉS - MPPA:** Só  
162 uma pergunta, doutor. Doutor, a questão agora é que está na atribuição  
163 criminal, [ininteligível] nessas questões agrárias. [Ininteligível] Norte  
164 [ininteligível] E por outro lado a integração do sistema de justiça em  
165 relação à imprensa necessária foi muito, muito melhor, não é, não pode

166 nem ser igual. Mas o fato de um processo de reintegração que é isso que  
167 eu acho que o senhor fala que nós não podemos fechar os olhos e é essa  
168 a questão que a gente tem que abordar. Vamos fechar a comissão de  
169 combate à [ininteligível] de como manter os seus esforços, [ininteligível]  
170 de justiça criminal, [ininteligível]. Porque, olha, veja bem, Dr. Mazzutti, não  
171 tinha isso. Tal como, à época, eu não fiz nenhum despacho no mandado  
172 de prisão. Não foi do contrário. Nós temos que nos defender. Então, nós  
173 temos aqui a compreensão através dos nossos procuradores de justiça,  
174 dos seus juízes. A gente informa, a gente revisa, a gente lê tudo. E aí, a  
175 luta comercial é algo muito, muito, muito semelhante. É claro que as  
176 elaborações do [ininteligível] até a questão da violência criminal é  
177 integralmente semelhante à como aconteceu no caso da pandemia. Então,  
178 assim, eu acho que a gente tem que começar a pensar no sistema de  
179 justiça numa intervenção estratégica para que as mortes não aconteçam.  
180 Porque a gente acredita que para tudo tem jeito e que as mortes não  
181 aconteçam. Então, assim, por exemplo, os trabalhadores, as pessoas que  
182 foram mortas, entre eles, não tinha cinco filhos. Dentre eles, três filhos  
183 menores de idade. Então, assim, as taxas das pessoas que estão em  
184 jogo, eu sei que estão em todas as idades e idades que estão aqui nessa  
185 organização. E essa é a mensagem que eu acho que a gente precisa  
186 começar a estabelecer. Quais são as principais medidas que a gente está  
187 falando de comercialidade, ou as participações dos movimentos  
188 solidários, o próprio Governo do Rio de Janeiro participando lá na  
189 [ininteligível], para que as situações não aconteçam. Eu acho que é uma  
190 comunicação entre os tipos de justiça e dos delegados, porque, veja bem,  
191 o delegado Morão, claro, até que seja julgado, com trânsito em julgado,  
192 ele era um delegado excelente, mas ele acabou morrendo durante muitos  
193 anos. E até assim, assustador, saber de uma participação dessa, ou de  
194 uma suposta participação dessa, que é uma contundência. Essa era a  
195 minha mensagem inicial. Obrigada. **DES. PRESIDENTE MAIRTON**  
196 **CARNEIRO:** Muito bem. Doutor Jarbas. **JARBAS VASCONCELOS -**  
197 **SEIRDH:** Meus cumprimentos. [Ininteligível]. **JOSÉLIA BARROS -**  
198 **MPPA:** Sim, doutor, estou ouvindo. Pode falar. **JARBAS VASCONCELOS**

199 - **SEIRDH:** A doutora Herena [ininteligível]. Bem, eu estou ouvindo o que  
200 a senhora diz, objetivamente, tem alguma apuração do Ministério Público  
201 do Estado, relativamente à luta dos policiais que fizeram a operação? Se  
202 tem, o que ela pode adiantar dessas investigações? E se não tem, o que  
203 não tem? **JOSELIA BARROS - MPPA:** Doutor, no Ministério Público  
204 existe a promotoria que faz o controle da atividade externa, na  
205 [ininteligível]. Então, já tem um procedimento apuratório também no  
206 controle externo. Eu não posso adiantar, como eu disse, respeito aos  
207 colegas que estão atuando, e acredito, nem sei se eles estão já  
208 conseguindo, de um momento, o ponto da apuração que chegar. Eu sou  
209 promotora de justiça ambiental e faço parte da comissão. Estou aqui  
210 acompanhando. [Ininteligível] diz que existe, dentro do âmbito do  
211 Ministério Público, o acompanhamento de cada mandado, tanto da  
212 [ininteligível], como da Promotoria Criminal, quanto da Promotoria Agrária.  
213 **DES. PRESIDENTE MAIRTON CARNEIRO:** É, não pode informar ainda,  
214 [ininteligível]. É, alguém quer falar? Doutor Haroldo, por favor. **Sr.**  
215 **HAROLDO SILVA DA FONSECA:** Bom dia a todos. Todos conseguem  
216 me ouvir? **DES. PRESIDENTE MAIRTON CARNEIRO:** Ouvimos sim, alto  
217 e claro. **Sr. HAROLDO SILVA DA FONSECA:** Bom, minhas saudações  
218 desembargador, e toda a mesa. Eu queria apenas esclarecer um fato,  
219 porque como a doutora Herena mencionou, a Fazenda Santa Lúcia,  
220 inclusive que a decisão de reintegração de posse seria minha, na verdade  
221 o que aconteceu na situação eram duas decisões, na época eu não era  
222 juiz agrário, já havia uma decisão de reintegração de posse sobre a  
223 Fazenda Santa Lúcia, a minha decisão que foi dado o cumprimento, que  
224 ocasionou o desfecho da Fazenda Pau D'arco foi a decisão de  
225 cumprimento de mandado de prisão preventiva, essa sim da vara criminal  
226 da qual eu tinha proferido a decisão que estava sendo cumprida, não está  
227 relacionada, o fato do episódio da Fazenda Santa Lúcia não está  
228 relacionado a reintegração de posse em si, e sim ao cumprimento de uma  
229 decisão criminal proferido por mim na vara criminal, eu digo isso porque  
230 foi mencionado que seria em cumprimento de reintegração de posse, e  
231 como a comissão retrata exatamente disso do conflito agrário, eu gostaria

232 de só esclarecer esse ponto, esse aspecto, está bem bom Doutor,  
233 desembargador, bom dia. **DES. PRESIDENTE MAIRTON CARNEIRO:**  
234 Está bem, obrigado. **HERENA NEVES MAUÉS - MPPA:** [ininteligível]  
235 reintegração de posse e a gente acaba [ininteligível] e aí quando a gente  
236 tem [ininteligível] é justamente o contrário, não tinha a ver com a  
237 reintegração de posse, e aí vai, não tem comunicação certa, não tem  
238 [ininteligível], não acaba com as unidades, e aí parece que tem  
239 reintegração de posse, porque é uma área que, em regra, não está dentro  
240 do governo, ou você só é um [ininteligível] como no caso do [ininteligível]  
241 e agora no caso da Fazenda Mutamba, então ação aqui, é, a gente faz  
242 uma reintegração de posse, e aí o tempo depois acaba, não tem as  
243 mesmas situações como essa. **DES. PRESIDENTE MAIRTON**  
244 **CARNEIRO:** Deixa eu falar aqui, a gente vai seguir o Paulo, é sobre eu  
245 estou mais ou menos hoje, o processo da Mutamba foi devolvido, aqui na  
246 comissão em [ininteligível] do julho deste ano, e o governo ainda não se  
247 manifestou ainda sobre isso. **Sr. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI:** Não, não,  
248 foi o seguinte, o processo foi sentenciado, está bem, aí nós mandamos  
249 para comissão, foi mandado para comissão, e a comissão, ela, não  
250 conseguiu fazer a mediação, tentaram, mas não conseguiram fazer a  
251 mediação. Aí devolveram o processo. **DES. PRESIDENTE MAIRTON**  
252 **CARNEIRO:** A mediação foi realizada, o que se tornou, foi a oposição. **Sr.**  
253 **AMARILDO JOSÉ MAZUTTI:** Exatamente, exatamente. Aí o seguinte, aí  
254 o processo voltou, e eu peguei, eu encaminhei a apelação, que foi tratada  
255 com apelação, para o tribunal, não é, encaminhei para o tribunal, que todo  
256 mundo tem direito ao divulgado judicial, encaminhei para a apelação. Qual  
257 foi o desenvolvimento das duas taxas? **DES. PRESIDENTE MAIRTON**  
258 **CARNEIRO:** Oi? **Sr. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI:** Aí foi encaminhado  
259 para o tribunal, a apelação. Aí, paralelamente a isso, o autor entrou com  
260 o pedido de cumprimento de sentença, e ofereceram calção, está bem,  
261 cumprimento de sentença da reintegração. Aí eu recebi o processo, o  
262 pedido, ele fixou calção, e agora eu intimei os requeridos para se  
263 manifestar sob o cumprimento de sentença. Aí depois, eu vou intimar o  
264 Ministério Público também, e a defesa do povo. **DES. PRESIDENTE**

265 **MAIRTON CARNEIRO:** A defesa Ministério Público, é isso? **Sr.**  
266 **AMARILDO JOSÉ MAZUTTI:** Isso. **DES. PRESIDENTE MAIRTON**  
267 **CARNEIRO:** Eu queria, doutor [ininteligível] foi que ele fez esse processo,  
268 desde que ele entrou no Estado. Veja lá, por favor. Bom, mas...  
269 [ininteligível]. Diga seu nome e... **JOSÉ BATISTA GONÇALVES - CPT:**  
270 Bom dia a todos e todas presentes. Sou José Batista, advogado da  
271 pastoral da terra em Marabá, e falo representando as entidades que  
272 assinaram a nota que veio aqui para a comissão, e o documento foi  
273 protocolado ontem nos senhores embargadores através da ouvidoria.  
274 Então, agradeço pelo espaço aqui da fala. Essa situação da Fazenda  
275 Mutamba, realmente é uma situação extremamente preocupante, pelas  
276 seguintes razões. É uma área que fica entre três assentamentos já  
277 criados. Ela fica bem no meio, e já foi alvo de várias ocupações em anos  
278 anteriores, com reintegrações e retornos. Então, atualmente, os  
279 movimentos, as famílias que ocupam lá, não têm vínculo com nenhum  
280 movimento social organizado, tipo MSP, FETAG, FETRAF. São três  
281 grupos independentes que ocupam a propriedade. Um grupo de  
282 ocupação mais antigo, que já tem uns dez anos, mais ou menos, já estão  
283 mais ou menos estabilizados. Um grupo de ocupação um pouco mais  
284 recente, que fica na área mais isolada, na área de floresta. E o terceiro  
285 grupo, que é mais recente, que ocupa a área de pastagem, uma parte da  
286 área de pastagem. Esses grupos são independentes, não há diálogo entre  
287 eles, não há uma coordenação entre eles. De forma que o nível de  
288 organização é bastante precário. Isso torna a situação extremamente  
289 preocupante. E em função de ter um nível de organização bastante frágil,  
290 surge situações de conflitos permanentes. E aí, nos preocupou muito essa  
291 operação que houve, recentemente lá, que resultou no assassinato de  
292 dois trabalhadores. A doutora Herena já falou, eu concordo, a gente mora  
293 ali no sul de Pará há 30 anos, acompanhando conflitos possessórios. E a  
294 gente tem passado por muitos casos de ação policial que resultaram, em  
295 vez de ajudar a resolver o problema, às vezes, complicou mais. Temos o  
296 massacre dos garimpeiros da ponte, temos o massacre de [ininteligível],  
297 temos o massacre de pau d'água, e muitas outras operações policiais que,

298 em vez de ajudar a resolver o conflito, sempre complicou mais ainda.  
299 Nesse caso específico, o questionamento das entidades é que, não foi só  
300 uma apuração feita pelas entidades que assinalam a nota, mas a  
301 Ouvidoria Agrária Nacional esteve presente lá, ouviu os sobreviventes,  
302 tomou depoimento dos sobreviventes, esteve na área, levantou  
303 informações, e as informações colhidas, elas não batem com a versão  
304 utilizada pelo delegado. E, até agora, o que nós tínhamos conhecimento,  
305 é que havia apenas investigações correndo em que os trabalhadores  
306 eram investigados como autores dos crimes contra os policiais. Nós não  
307 tínhamos, estou tendo conhecimento nesse momento, [ininteligível], nós  
308 não tínhamos nenhum conhecimento, embora estivéssemos cobrando já  
309 desde os fatos ocorridos, que tenha sido aberta alguma investigação para  
310 apurar a conduta dos policiais. Inclusive, fizemos esse requerimento do  
311 procurador-geral de justiça do Ministério Público, porque entendemos que  
312 é um caso grave, e, como o senhor disse bem, não podemos fechar os  
313 olhos para essa situação, porque outros conflitos poderão ocorrer, se não  
314 estiver na mesma área, se não tiver um acompanhamento, se não tiver  
315 uma atenção especial para esse caso. E o conflito é o que nós devemos  
316 evitar. Nós sabemos, para concluir, que as saídas ali, elas são muito  
317 claras, nós não temos dúvidas sobre isso. O que seria saídas para aquela  
318 área? Era se o proprietário concordasse em vender o imóvel para o  
319 INCRA. O INCRA tem interesse em comprar, mas o proprietário até agora  
320 não manifestou nenhum interesse em vender para o INCRA. Direito dele,  
321 ele pode questionar. Outras saídas seriam, por exemplo, no campo de  
322 propor uma desapropriação por interesse social, não a desapropriação  
323 sanção, mas desapropriação modelo de interesse social. Mas tudo isso  
324 tem que ser dialogado com o INCRA, e outra alternativa é cumprir a  
325 reintegração que já está determinada. Mas a preocupação nossa é se  
326 essas medidas vão realmente ter um resultado para uma solução final do  
327 conflito. É um caso que preocupa, é um dos casos mais graves daquela  
328 região do sul e sudeste do Pará atualmente, e por isso a gente acha  
329 extremamente importante ele ter sido pautado aqui pela comissão, no  
330 sentido de dar atenção especial a ele e ver as medidas necessárias e

331 urgentes para acompanhamento do caso. Eu agradeço a oportunidade  
332 desembargador. **DES. PRESIDENTE MAIRTON CARNEIRO:** Obrigado.  
333 Surgiu uma história aí chamada do INCRA. Toda vez que eu ouço o nome  
334 do INCRA, me dá um calafrio, porque o INCRA na realidade não funciona.  
335 Não funciona. Eu tenho diversos possíveis contextos aqui. Quando o  
336 chefe intervém mesmo, eu não sei para. Eu não sei. Aqui eu estou com a  
337 [ininteligível] da República, eu estou aqui a promover a justiça diligente,  
338 mas toda vez que eu ouço o nome do INCRA, a coisa para. Para e as  
339 coisas estão acontecendo. Estão acontecendo e o INCRA nada. Já teve  
340 uma reunião com o INCRA aqui, o deputado Bordalo estava aqui, o  
341 senador [ininteligível] estava aqui, o doutor Mário estava aqui da FAEPA,  
342 o doutor Treccani também estava aqui, ou seja, todos nós estávamos aqui  
343 e o INCRA simplesmente, não, eu vou fazer e acontecer, até hoje.  
344 Perguntado ao INCRA se tem interesse em certa área, aí o INCRA fica  
345 hoje, é amanhã, é hoje, é amanhã e a gente na realidade não sabe a que  
346 o INCRA está. Então, eu fico vendo a coisa de uma outra maneira, outra  
347 maneira. O doutor da FAEPA também apresentou uma nota de repúdio.  
348 Gente, eu queria solicitar aos senhores, nota de repúdio, nota disso, nota  
349 daquilo, não vamos brigar por rede social. Nós temos aqui a ouvidoria,  
350 nós temos uma comissão de conflitos agrários, nós temos a comissão da  
351 grilagem de terra, que nós estamos hoje participando. Vamos usar os  
352 canais efetivos, se porventura nós não tivermos reunião, por favor, instem  
353 o ouvidor agrário, o ouvidor agrário está aqui para ouvir, não só para ouvir,  
354 mas também para tomar providências devidas em relação a isso. Fiquem  
355 certos disso, que eu nunca fujo da minha responsabilidade, eu não fujo  
356 não. E me causa espécie, se é delinquente ou não é, se é lavador ou não  
357 é, se é ocupante ou não é, de forma que a coisa tem que ser tratada no  
358 seu devido, no seu processo legal. Não tem o porquê estar usando rede  
359 social, não estou dizendo que vocês não façam, não é isso. É porque  
360 quando chega a mim, já chega, essas coisas todas, por exemplo, essas  
361 mortes eu não sabia. Fiquem certos disso, eu não suporto ver o ser  
362 humano sendo vilipendiado. Doutor Bruno, muito obrigado, está bem?  
363 Muito obrigado, está bem? Obrigado. Veja bem, eu não suporto ver o ser

364 humano vilipendiado. Não é fácil. Quem quer que seja, é um ser humano.  
365 [Ininteligível] aí eu vejo o doutor [ininteligível], a morte da família e  
366 [ininteligível] manifestar. **CEL. MARIO SOLANO - FAEPA:** Excelentíssimo  
367 senhor desembargador [ininteligível] Meus cumprimentos também ao  
368 doutor André, doutor Mazutti, doutor Haroldo, e a todos os membros da  
369 comissão. Eu ouvi atentamente o que me antecederam. Obviamente que  
370 foi solicitado, baseado nas duas notas. A nota da FAEPA só ocorreu em  
371 detrimento da nota das sete representações que saíram na segunda-feira  
372 após o fato. E ontem, à tarde, foi encaminhado no grupo da comissão a  
373 mesma nota com algumas diferenças, com fotos. Mas é a mesma nota. E  
374 é referente a essa nota que a federação se posicionou repudiando pelas  
375 ilações. E pautado principalmente em algo que é princípio no direito. E  
376 olha o que eu estou falando com grandes operadores de direito aqui. Que  
377 é o contraditório, ampla defesa, processo devidamente terminado, e não  
378 um assassinato de reputações. O processo ainda está em andamento, e  
379 já se faz algumas observações. Como essa aqui, Desembargador. Eu  
380 faço questão de ler textuais. Repetida na nota de ontem. “Na avaliação  
381 das entidades, a alegação do delegado de que se tratava de uma  
382 operação para cumprir mandados de prisão e de buscas era apenas um  
383 pretexto. Na verdade, para cometer uma sucessão de crimes.” O único  
384 policial que está aqui, eu estou representando a FAEPA, mas estou  
385 falando agora como também policial. Que não está aqui para se defender.  
386 Eu fico imaginando, porque eu já vivi isso, essa injustiça. O sentimento  
387 que se tem de um profissional que arriscou sua vida, e até que prove ao  
388 contrário. Dentro do cumprimento da lei, teve uma ordem judicial, teve o  
389 aval do Ministério Público. Ou seja, tudo que está previsto em tese, no  
390 artigo 23 do Código Penal, sobre a questão da excludente licitude, foi  
391 cumprido. E precisamos aguardar o término das investigações. Estou  
392 vendo aqui, como vi recentemente, o Dr. [ininteligível], uma pena que não  
393 esteja aqui. Ministério Público Federal. Uma questão que é do Ministério  
394 Público do Estado, que já está acompanhando, inclusive, com dois  
395 promotores. Estamos no início de um processo de investigação. Nós  
396 vamos lá para uma indagação que foi feita, aliás, uma observação que foi

397 feita pelo Dr. José Batista. Que disse, propôs algumas soluções para o  
398 conflito. Estou propondo outra, Dr. José Batista. Eu lhe conheço de longas  
399 datas. Não invadam terra privada. É simples assim. Se não invadir terra  
400 privada, não teremos conflitos. Se queremos terras, vamos cumprir o rito  
401 legal. O INCRA tem terra para reforma agrária. Desembargador, nós  
402 perguntamos com a representante do INCRA, que aqui esteve, quantos  
403 lotes de reforma agrária nós temos para o Estado do Pará. Ela fez questão  
404 de dizer nenhuma. Eu perguntei, quantos lotes previstos deveriam estar  
405 à disposição para reforma agrária no Pará, independente se está ocupado  
406 regularmente. Não respondeu. Então, a grande questão é que nós  
407 estamos falando do efeito, mas nós não vamos buscar a causa, porque  
408 neste caso, parece que não interessa buscar a causa. A causa é, não  
409 invadam terra privada. E esse conflito específico da Mutamba, vem de  
410 mais de uma década. Não é o primeiro mandado de reintegração de  
411 posse. Foi dito aqui, sai e volta. Ou seja, descumprem até a ordem da  
412 justiça. É uma pena que eu trouxe fotos, porque contra fatos, não  
413 argumento, não é assim que se diz. Vou mostrar para os senhores aqui  
414 as armas. Mostrar para os senhores aqui o modo de operar, inclusive com  
415 vídeo. Porque isso foi investigado. Jamais o juiz iria dar uma autorização  
416 para cumprimento de um mandado de prisão em busca de apreensão, se  
417 não tivesse fundamento. Com o aval do Ministério Público. E isso foi feito  
418 dentro da estrita legalidade. Se houve excesso, isso é outra história, vai  
419 se discutir no ambiente apropriado. Não é, creio eu for apropriado se  
420 discutir. Isso aqui é até porque está em andamento as investigações. Um  
421 outro assunto que eu gostaria ainda, sobre esse assunto, que eu queria  
422 fazer pautar, é que nós precisamos entender que o último elo de proteção  
423 do cidadão, são as polícias. O que pensar de um profissional desse, na  
424 hora que está cumprindo o que está previsto na legislação, está  
425 cumprindo uma ordem judicial. E há uma pressão sobre isso, sem nem  
426 ter ainda oportunidade da ampla defesa do contraditório sobre isso. Ele é  
427 o Estado também. Agora, nós da Federação, voltando aqui à Federação,  
428 gostaríamos, desembargador, esse mesmo princípio, essa mesma ação,  
429 com respeito a todos que aqui estão presentes, também tivessem com os

430 produtores rurais, que sofrem consequências dos crimes. Não foi falado  
431 aqui, por exemplo, que um dos herdeiros não pode ir e não vai há muito  
432 tempo à sede da fazenda, porque é ameaçado. Não foi falado. Não foi  
433 falado, por exemplo, a questão da extração ilegal de madeira. Porque  
434 esse era o princípio. Esse era o princípio da reserva legal que tinha. Eu  
435 vou mostrar aqui o caminhão levando a madeira. Tudo apreendido pela  
436 polícia, presos em flagrante. Fotos das pessoas cometendo ilicitude  
437 atirando em um dono, que faz a filmagem dessas pessoas ocupando. A  
438 morte dos animais. Cadê o direito dos animais? Mostrar aqui para os  
439 senhores as fotos dos animais que foram devidamente mortos, mas de  
440 uma forma fora da lei. Furto de gado, roubo de gado. Ameaças. Isso tudo  
441 está várias vezes anunciado. São dezenas e dezenas de ocorrências  
442 policiais a anos. Isso tudo está registrado. Então, isso foi consequência  
443 de uma investigação. E nós vamos aqui fazer relações, uma nota contra  
444 os policiais, contra os representantes do Ministério Público? E de uma  
445 certa forma se ele anota dessas, se diz entidade, que nós não  
446 reconhecemos MST como entidade não, porque não tem legalidade. Dizer  
447 que simplesmente, de forma a subliminar, até o juiz que autorizou a forma  
448 que tomou a decisão. Gente, onde nós estamos? Como cidadão, eu fico  
449 perguntando, onde nós estamos? Vamos questionar uma ação legal?  
450 Agora, quanto ao efeito, está na nossa nota. Começamos exatamente  
451 com isso. Lamentamos as mortes. Agora, fazer uma ilação nessa nota  
452 dessas entidades dizendo que foi proposital lá, já prevendo que poderia  
453 acontecer isso. Pelo amor de Deus. Aí exagerar, aí é uma questão de  
454 assassinato de reputação. Nós precisamos tomar muito cuidado e eu  
455 peço os senhores e as senhoras que são das instituições de Estado, para  
456 ter o cuidado e o zelo sobre isso. Porque esses policiais não estão aqui,  
457 estão sofrendo uma pressão enorme e eu tenho certeza e convicção que  
458 não se vai para uma operação dessa com essa intenção e muito mais  
459 com a intenção de ter confronto. Armas foram apreendidas,  
460 desembargador. Ah, na nota está dizendo, dessas entidades, que as  
461 armas, como se não fosse suficiente. Senhores, arma veste de carta  
462 mata. E não pode dizer, porque outras armas existiam. Por quê? Porque

463 em investigações pretéritas, tem testemunha dizendo que tinha revolver,  
464 entre outras armas. Ah, não foram apreendidas? Lógico. Mas as que  
465 deram foram apreendidas. Ou seja, a ação tem algumas provas. Agora, o  
466 que vai acontecer, vamos aguardar. Bom senso, vamos aguardar, vamos  
467 cumprir a lei. É isso que se quer e é isso que se pede, desembargador.  
468 Vamos cumprir a lei. Nós nunca, pela FAEPA, dissemos aqui que  
469 defendemos ilegalidade. Agora, querer dizer que a solução é, ah, não,  
470 venda a propriedade para o INCRA, perdão, saia da propriedade que não  
471 é sua. Cumpra a lei e já é o segundo mandato de reintegração de posse.  
472 E obedeça a ordem judicial. E ninguém, como membro da comissão, seja  
473 do Ministério Público, seja da Secretaria, seja da Defensoria, pode  
474 encontrar o que está sendo dito pela Justiça. Se tiver algo contrário, quer  
475 que dize a lei, recorra. Agora, saia. Essas observações que nós vamos  
476 fazer. Obrigado. **DES. PRESIDENTE MAIRTON CARNEIRO:** Muito  
477 obrigado. O deputado Bordalo queria falar, por favor. Também o deputado  
478 Bordalo tem o direito de resposta aqui. Fique à vontade. **DEP. CARLOS**  
479 **BORDALO - ALEPA:** Um jornalista lá de Santarém, mas que mora em  
480 Belém, sobre esse caso da Mutamba, depois de eu me pronunciar na  
481 ALEPA, fez uma reportagem, mais do que uma reportagem, um artigo  
482 extremamente ofensivo, em que ele levanta dúvidas quanto à minha  
483 honra e a minha integridade. Se vai ver, anota, anota, não entra nenhum  
484 detalhe do que ocorreu na Mutamba, mas apresenta uma resposta a ele.  
485 Eu achei por bem dar a conhecer também a vocês que talvez já tivessem  
486 lido. Desde o primeiro momento desse caso da Mutamba, que eu soube  
487 na sexta-feira, nós já tomamos as primeiras medidas cautelares. Porque  
488 quando um fato desse ocorre, a primeira coisa a fazer é desmobilizar a  
489 possibilidade de eventos mais graves. Entramos em contato com o  
490 secretário de segurança, com o governador do estado, e as informações  
491 que eu recebi foram da doutora Cláudia Dadico. Porque ela estava  
492 passando por aqui, a doutora Cláudia esteve aqui conosco. É ouvidora  
493 nacional do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Ela se deslocou de  
494 Brasília e foi à área. Ela esteve presencialmente lá, poucas horas depois  
495 do ocorrido. Portanto, ela enviou, inclusive, para várias instituições aqui o

496 relatório dela. E é verdade, não tem nada a ver aparentemente com a  
497 questão agrária. Mas no caso da Santa Lúcia, que eu investiguei  
498 profundamente, doutor, e eu estive lá três horas depois do tal confronto,  
499 tudo que nós investigamos com o Ministério Público à época,  
500 desmontaram completamente a versão do tal confronto. O que nós  
501 presencialmente fomos ver, foi onde realizaram as execuções das dez  
502 pessoas. Execuções. Aquelas pessoas foram executadas com tiros na  
503 cabeça, ajoelhadas. A mulher, a Jane, foi uma das coisas mais  
504 escabrosas que eu já vi na vida. As cautelas das armas indicaram que  
505 saíram quase todas de armas policiais. As cautelas, as balas, os artefatos.  
506 E o terceiro elemento, que houve uma bala ou duas balas que saíram de  
507 uma arma que nunca foi achada, policial. Não tinha nada a ver com o  
508 problema agrário, porque também ordens para prisão e ordens para  
509 busca e apreensão. No caso aqui, o coronel tem razão, tem que esperar  
510 as investigações. Mas eu não posso me furtar de perguntar por que essa  
511 operação não chegou à luz do dia, se apresentando com os mandados  
512 como é previsto do ponto de vista correto da aplicação das ordens, doutor.  
513 E não deixar carro na sede da fazenda e penetrar no acampamento sem  
514 um aviso prévio, é no mínimo estranho. Com que intencionalidade? Eu  
515 espero que a investigação realmente ocorra, porque as polícias do Pará  
516 não merecem essas coisas. Eu investiguei as milícias nesse estado.  
517 Quem quiser vai buscar no relatório, você vai ver lá que todo o objetivo  
518 do trabalho da Assembleia Legislativa à época foi exatamente preservar  
519 as instituições policiais. Porque nem sempre, doutor, um agente ou dois  
520 individuais representam a instituição. Nem sempre. Eu fui informado que  
521 existiria, não sei se vocês confirmam, alguma medida do STF sobre a  
522 reintegração de posse da Mutamba. Então veja bem, é correto, doutor  
523 Mazutti, está correto seguir o trabalho dele, mas o próprio STF, ao se  
524 pronunciar sobre isso, enxerga que é uma área de extrema gravidade e  
525 que estranha, estranha que num caso desse, com todo esse barril de  
526 pólvora que está ali, você ia executar desta forma uma busca de  
527 apreensão ou uma prisão. Então, doutor, eu acho que nós temos que ter  
528 serenidade. Eu não assumi nenhuma das versões, nem a da polícia e

529 nem a dos movimentos, porque se nós não mantivermos uma distância  
530 razoável do fato, a gente pode errar pelo excesso e pode já assumir um  
531 lado ou uma versão que não se sustenta no futuro. Temos que ter  
532 serenidade e temos que buscar a melhor solução para o caso. Acho que  
533 até as instituições nacionais já estão trabalhando nisso, todo mundo está  
534 trabalhando nisso e eu espero que esse evento desagradável,  
535 catastrófico, que vidas humanas são perdidas, não atrapalhe os esforços  
536 que vêm sendo feitos, doutor. Que isso não sirva como pretexto para se  
537 interromper as ações positivas para resolver o conflito sem esse tipo de  
538 evento. Por isso que estranha, de fato, no momento que se está quase  
539 fechando uma solução para o caso, está quase fechando, está se  
540 chegando a níveis muito avançados de acordos, ocorre exatamente numa  
541 hora desta um evento com este tipo de gravidade. Então, quase para  
542 resolver. Então, doutor, eu quero parabenizá-lo pela condução da reunião,  
543 parabenizar o doutor Mazutti e todos os operadores do direito da área, eu  
544 sei que não é fácil operar numa área como esta, inclusive, doutor Mazutti,  
545 eu fiquei muito alegre de ver a sua visita lá em Parauapebas, naquele  
546 acampamento enorme que tem lá, parece que o senhor esteve lá  
547 recentemente. Eu acho que nós estamos trabalhando e eu tenho fé em  
548 Deus que a gente ainda vai conseguir resolver esses conflitos sem a  
549 perda de vidas humanas e esses prejuízos. Muito obrigado, doutor. **DES.**  
550 **PRESIDENTE MAIRTON CARNEIRO:** A doutora [ininteligível]. **ANDREIA**  
551 **MACEDO BARRETO - DPE:** Bom dia a todos, a todas, a todes. Obrigada,  
552 desembargador, os magistrados que estão aí on-line. Eu queria, na  
553 verdade, pontuar três aspectos. Primeiro, compartilhar um pouco, para  
554 sair do panfletismo, a defensoria está atuando nesse processo da  
555 Fazenda Mutamba, na sexta-feira, depois do ocorrido, nós recebemos, eu  
556 estou atuando junto com o colega de Marabá, que é o César, depois do  
557 ocorrido, muitos trabalhadores foram atendidos pela defensoria, há um  
558 risco ainda atual, que é essa nossa preocupação, não é só uma questão  
559 criminal, existe sim um processo criminal que está sob sigilo, nós fizemos  
560 a petição na mesma sexta-feira, informando para a magistrada que nós  
561 tínhamos, na verdade, muita informação, mas nós não podíamos juntar

562 isso no processo e nem expor os trabalhadores que estavam fazendo as  
563 denúncias. Nós temos muitas denúncias que foram coletadas e nós  
564 fizemos, então, a petição sem adentrar muito na situação se é culpado,  
565 se é inocente, se tem, mas por conta de uma situação de segurança  
566 mesmo dos trabalhadores e daquele conflito que estava naquele  
567 momento. Então, nós fizemos essa petição, nós falamos com a  
568 magistrada que conduz o processo criminal e logo em seguida veio a  
569 missão da doutora Cláudia Dadico na área. Então, existem muitas  
570 denúncias muito sérias que eu acho que esta comissão não pode  
571 desprezar. Então, dentro dessa linha da Fazenda Mutamba, nós temos  
572 também uma decisão do Supremo Tribunal Federal, que a Defensoria  
573 entrou com uma reclamação constitucional por conta de ser, neste caso,  
574 abrangido pela ADPF 828, então existe uma situação jurídica realmente  
575 que precisa ser considerada, mas a extensão da área é muito grande, o  
576 conflito é muito complexo, como o doutor João Batista já relatou, não há  
577 uma uniformidade de sujeitos, é uma situação bastante complexa. Então,  
578 esta comissão, para a gente pensar também em uma situação de como  
579 nós, enquanto instituições que estamos aqui nesta comissão, podemos  
580 atuar a partir da nossa missão institucional. Então, acho que a finalidade  
581 desta comissão, e a gente também acredita muito nesta comissão e da  
582 ouvidoria, e da comissão de soluções fundiárias que a Defensoria também  
583 tem defendido seu fortalecimento, é que as instituições que participam  
584 deste fórum possam, de alguma forma, se comprometer, doutor Mairton.  
585 E nisso, já eu coloco, aproveitando que o doutor Jarbas está aqui, existe  
586 uma situação de risco para os que estão, os sobreviventes. A gente  
587 lembra dos que foram mortos, a gente sempre fala isso, mas existe hoje  
588 uma situação que não é simples dentro da área da fazenda Mutamba.  
589 Então, é preciso que o Estado do Pará, através dos seus programas de  
590 proteção, seja defensores, seja, no caso, a testemunha neste caso  
591 específico, também faça, não sei se fez, não sei se o doutor Jarbas tem  
592 alguma informação nesse sentido, um trabalho de proteção dessas  
593 pessoas que estão lá. E eu sempre também defendo que,  
594 independentemente dos processos, porque a gente sabe que, de um lado,

595 tem um processo criminal, de um lado, tem uma ação que envolve a  
596 disputa de terras, que, independentemente disso, da resolução que, às  
597 vezes, não é tão simples, nós temos questões emergenciais de  
598 atendimento dessas famílias, de amparo a essas famílias, dentro desse  
599 caminhar que é a resolução do conflito. Então, nesse sentido, já  
600 comprometendo a Defensoria, a Defensoria já está atuando no processo,  
601 tem atuado, já se habilitou, na verdade, no processo criminal. Então, é  
602 importante essa atuação de todas as instituições nesse sentido. Quanto  
603 às investigações, acredito que fica para o Ministério Público apurar, a  
604 gente não pode fechar os olhos também, que existem denúncias, que  
605 foram feitas denúncias, que existem relatos. Então, portanto, acho que  
606 dessa comissão, acho que é importante a gente ver o que a gente  
607 encaminha para a proteção da vida. Acho que é isso. **DES. PRESIDENTE**  
608 **MAIRTON CARNEIRO:** Obrigada. Muito bem, gente. Deixa eu... De novo,  
609 doutor. Já tem tempo. Vamos minimizar o tempo aí, está bem?  
610 [Ininteligível] aí para o doutor. **CEL. MARIO SOLANO - FAEPA:**  
611 Desembargador, o deputado Bordalo fez duas observações que eu acho  
612 importante ressaltar aqui. A primeira observação é sobre o horário de  
613 atendimento. De forma objetiva. A polícia faz um planejamento de  
614 qualquer operação baseada nas informações que foram recepcionadas  
615 pela inteligência. Então, a questão do horário depende justamente de  
616 cada caso. Então, a primeira resposta é referente ao horário. Então, não  
617 existe horário previsto, horário certo, horário... Obviamente, tem outras  
618 determinações legais... Calma, deixa eu só terminar aqui. Calma, deixa  
619 eu terminar aqui. Existe horário previsto em lei para alguns cumprimentos  
620 de ordem. 6h da manhã etc. O que eu estou lhe dizendo é que depende  
621 das informações da inteligência. Cada caso é um caso, o planejamento é  
622 feito dessa forma. Está justificado lá. O segundo momento, por que não  
623 se avisa antes? Não se avisa antes porque, se nós avisarmos, não vamos  
624 encontrar ninguém, porque vão sair. É só verificar os cumprimentos de  
625 mandado de prisões em qualquer lugar do Brasil e do mundo, onde há  
626 Estado democrático, ninguém avisa. Chega inopinadamente. Esse é um  
627 ponto. Doutora Andreia, a senhora chegou a ler a nota da Federação?

628 Não, a nota da Federação não. Então, é por isso que a senhora falou que  
629 é panfletagem. A nota da Federação faz justamente uma defesa às  
630 instituições, incluindo o Ministério Público, incluindo a Justiça, exatamente  
631 pautado no que foi definido por todos os que participaram justamente das  
632 determinações judiciais. Eram essas as considerações, desembargador.  
633 Obrigado. **DES. PRESIDENTE MAIRTON CARNEIRO:** Doutor, professor.  
634 **GIROLAMO TRECCANI - FETAGRI:** Bom dia para todos e todas. Nesse  
635 momento, nós gostaríamos simplesmente de ressaltar o seguinte.  
636 Infelizmente, não é a primeira vez que no nosso Estado acontecem  
637 situações como aquela que aconteceu. Infelizmente, não é a primeira vez  
638 que a Polícia Militar do nosso Estado, ou a Polícia Civil, independente das  
639 situações, recebe, como poderia dizer, recebe indagações sobre a  
640 maneira com a qual é trabalhada toda e qualquer questão referente aos  
641 conflitos agrários. Portanto, a FETAGRI só tem, neste momento, uma  
642 palavra. Apuração. O Estado do Pará, na sua história, brilha, infelizmente,  
643 pela impunidade. E aqui não sou eu que estou dizendo. O Conselho  
644 Nacional de Justiça reiterado, às vezes, se manifestou nesse sentido.  
645 Portanto, nós não podemos, de maneira alguma, e estamos muito felizes,  
646 quando escutamos o Ministério Público Estadual, dizer que já tem dois  
647 promotores acompanhando. Cumprindo, portanto, com sua obrigação  
648 constitucional. Finalizaria dizendo, terminados os prazos legais, é direito  
649 da sociedade saber o que aconteceu. Saber se, de fato, ter tantas  
650 viaturas, helicópteros etc., e muito etc., nisso, eu não estou questionando  
651 o mérito. Só quero ter informações. Era a melhor maneira de se planejar  
652 aquela situação. E, com tanto planejamento, como é que resultou em  
653 duas mortes? Obrigado. **DES. PRESIDENTE MAIRTON CARNEIRO:**  
654 Muito bem, deixa eu... **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:**  
655 Desembargador. **DES. PRESIDENTE MAIRTON CARNEIRO:** Apenas  
656 dar informação. Só um minutinho. Apenas dar informação aqui. A  
657 apelação do caso da reintegração de posse está com o doutor Amílcar,  
658 recebido em 16 de outubro de 2024. É a informação que eu acabo de  
659 receber da secretaria. Agora, é bom que se diga, é bom que se diga, essas  
660 situações aqui, disse daquilo, é apurar. Nós temos que apurar. Tem que

661 ser apurado. Não adianta ficar... O que tem que ser protegido, também  
662 tem, viu, doutor? Também tem. Assim como tem que ser protegido os  
663 ocupantes, também tem que ser protegido o proprietário. Que, vamos  
664 dizer que também está sendo, diz que, ameaçado. Eu não posso dizer se  
665 A ou B. Na realidade, a gente tem que ver que são os seres humanos que  
666 estão ali. Então, vamos tomar conta do ser humano. Enquanto as  
667 discussões de quem é quem na história, isso tem que apurar. Tem que  
668 ser apurado. Nós não tínhamos há muito tempo, viu, doutor professor?  
669 Há muito tempo nós não tínhamos fato desse tipo. Mas ocorreu. Lembre-  
670 me quando foi efetuada... Nós estamos esquecendo de uma coisa. Já  
671 passou pela comissão de conflitos, não é? E lá nós temos um relatório  
672 circunstanciado do que foi observado e foi devolvido. Não sei se foi dado  
673 conhecimento para a nossa comissão aqui do relatório da comissão da  
674 Fazenda Mutamba. Foi dado? Não foi dado? Doutora Herena, cadê ela?  
675 Por onde ela anda? Por favor. Oi? Não foi encaminhado? O relatório  
676 efetuado da Fazenda Mutamba da nossa comissão de conflitos agrários.  
677 Foi encaminhado para a comissão aqui? Não? Então, vamos providenciar.  
678 Já passou por aqui o que ficou detectado. Vamos providenciar para todos  
679 os componentes da comissão o relatório efetuado e o porquê de não ter  
680 sido realizado a composição. Lá está escrito. Certo, gente? Então, e  
681 terminou quando? Dia 19 de julho foi encaminhado para a vara agrária.  
682 19 de julho, não foi isso? Pois é, 19 de julho foi encaminhado para a vara  
683 agrária. Então, eu pediria que esses casos polêmicos, viu? Vamos dar  
684 conhecimento para a comissão de grilagem de terra, está bom? Todos.  
685 Nós temos, por exemplo, um processo que uma pessoa lá disse o  
686 seguinte, um ocupante disse, ninguém entra no meu território. Não é bem  
687 assim, não é bem assim. É um procedimento que, deixa eu só se puxar  
688 pela memória, porque são tantos. Mas esse me chamou a atenção devido  
689 a isso. Ninguém entra no meu território. Não é bem assim. A preocupação  
690 da empresa, se não me falha a memória, qual é a empresa lá de  
691 Barcarena? É a Hidro? É a Hidro? Não, não é nenhuma dessas não. Não,  
692 não, não é essa não. É bom. A do Norte, a do Norte, exatamente. Veja  
693 bem, tem uma ocupação lá, nos fundos, em uma barragem. Estiveram

694 comigo, não só o advogado, mas também as pessoas, diretores da  
695 empresa, é o Norte, não é? Estiveram comigo. E a preocupação deles  
696 não é nenhuma outra, é sempre com as pessoas que estão lá, porque fica  
697 nos fundos dessa barragem. Então, eles estão preocupados com o quê?  
698 Se vim a acontecer, eles estão, se vim a acontecer um Brumadinho da  
699 vida, e aí a coisa vai ser feia. Eles estão predispostos a dar tudo, uma  
700 outra área, o que for, mas que saiam dali. Mas está sendo feito este  
701 estudo, e eu queria, cadê a nossa assistente social, por onde ela anda?  
702 Por favor, por favor, doutora, vem aqui, por gentileza. Oi? Não sei, não me  
703 lembro. Não me lembro. Aqui, aqui, por favor, vem para cá. Veja bem, nós  
704 estamos trabalhando para uma solução melhor, e eu consegui, junto ao  
705 Tribunal de Justiça, que pede ter me encaminhado isso e aquilo, que me  
706 dá assistência social, consegui uma. Graças a Deus. Estamos aqui com  
707 ela. Exatamente. Então, ela. O que é que falta nesta área? Apenas,  
708 apenas a verificação de quantas pessoas existem na área. Como é que a  
709 empresa pode alocar? A preocupação da empresa, veja bem, é em alocar  
710 essas pessoas numa outra área. Aí a gente encontra uma pessoa que diz  
711 eu não, ninguém entra na minha área. O que é isso? Fica complicado.  
712 Mas isso aí é fácil de resolver. Muito fácil. Entendo eu. Muito fácil. Mas  
713 não sou juiz processante. Mas o que falta na realidade é que seja  
714 efetuado isso. Nós não tínhamos assistente social, agora nós temos. Ela  
715 está com uma... Exato. Ela está com uma árdua missão. Só que o  
716 processo... Já chegou esse processo? Só que o processo não chegou.  
717 Está no fluxo para vir para cá. Estava no... Estava no... Lá no CEJUSC,  
718 não é? Está no CEJUSC. Onde o doutor Agenor é o juiz que estava em  
719 relação a isso. Só que tem que vir para a comissão. Já foi efetuado o  
720 pedido. E eu estou aguardando chegar para a nossa assistente social  
721 trabalhar. Certo? Fazer isso aqui. Ela vai ter um prazo exíguo para isso.  
722 Porque já está demorando muito tempo. E, sinceramente, eu não quero  
723 que ocorra... Olha aí, olha aí. Eu não quero... Eu acho que ninguém aqui  
724 quer que ocorra um Brumadinho da vida aqui. De jeito e qualidade. Então,  
725 nós já estamos com a assistente social aqui. Eu já conversei com ela e  
726 ela tem todo o aparato dela. Pode falar aqui. **Sra. SILVIA MENDES:** Bom

727 dia. Ainda não tomei pé do nome da comunidade. Ainda não chegou o  
728 processo. Porque o processo ainda não chegou nas nossas mãos. Mas  
729 já estamos providenciando as primeiras pesquisas para saber em que  
730 condições a área está. Desculpa, não me apresentei. Meu nome é Silvia  
731 Mendes. Atualmente ocupando aqui o cargo na ouvidoria agrária à  
732 disposição de todos que precisarem do nosso trabalho. **DES.**  
733 **PRESIDENTE MAIRTON CARNEIRO:** Então, gente, vocês estão vendo  
734 que nós estamos trabalhando. Para sempre, sempre, sempre, o tribunal  
735 está dando toda a cobertura necessária para nós chegarmos a um  
736 denominador comum. Temos diversos processos em andamento. Eu,  
737 inclusive, tenho cobrado diuturnamente dos nossos magistrados da  
738 comissão de conflitos. Também dos nossos juízes agrários. Soluções,  
739 acordos. Por exemplo, nós vamos daqui a pouco passar uma exposição  
740 dos trabalhos que foram atendendo pedido dos senhores. O que nós  
741 temos... Não sei se nós poderíamos já ultrapassar essa situação aqui.  
742 Daqui a pouco eu posso até retornar. Mas eu iria... Só um minutinho,  
743 doutor João Batista, está bem? Só um minutinho. Exposição dos  
744 trabalhos, os dados obtidos pela comissão de soluções do Poder  
745 Judiciário do Estado do Pará. Aí tem a apresentação. Quanto tempo é  
746 esse vídeo? Oito minutos. É muito. Bom, os senhores já tem aí o dossiê  
747 que nós preparamos. Eu só vou passar um pouco essa... Um minutinho,  
748 doutor. Tem o doutor na frente sua? Oi? Não tem? Depois passa, está  
749 bem? Não, tem, tem, tem. Não se preocupe com isso, não. Tem. Então,  
750 veja bem. Nós vamos passar esse vídeo rapidamente, está bem? Que  
751 interessa para todos nós. Vamos passar esse vídeo. Cadê o vídeo?  
752 Vamos colocar aí o vídeo no ar? Aí, continua, mas quero mostrar só as  
753 visitas técnicas que nós realizamos até o momento, e nós temos agora,  
754 passe o cronograma todo, está bem? Os senhores receberam aí a  
755 apresentação para vocês do que a Comissão de Soluções Fundiárias até  
756 o momento fez. Logo no início, vem acompanhando aí, os componentes  
757 da comissão, bem, eu, aqui como presidente de [ininteligível]  
758 esclarecimento, eu aqui não ingresso em parte nenhuma no juízo de valor  
759 do magistrado que está a fazer, em nenhum momento. O magistrado está

760 aí, teve até a representação já contra o magistrado, até a representação  
761 já teve, porque demorou muito, e por aí foi, mas, estamos na medida do  
762 possível trabalhando. Então nós temos o doutor Agenor, o doutor Charbel,  
763 o doutor Vinícius, o doutor Horácio, a doutora Josineide e o doutor  
764 Rodrigo, que estão trabalhando eficazmente. O cronograma de  
765 funcionamento, os senhores podem acompanhar pelo que receberam aí,  
766 não é, como é que é feito aqui o recebimento do processo via PJE, coisa  
767 que no Brasil inteiro não tem, mas aqui no Pará tem, não é, distribuição  
768 dos membros da comissão, por enquanto ainda está de forma manual,  
769 mas nós estamos trabalhando para fazer de forma on-line, para depois  
770 não acusar o presidente, não, porque está falando isso, aquilo, então  
771 vamos fazer agora on-line. Já está pronto? Em novembro nós já vamos  
772 estar trabalhando de forma on-line, para ninguém depois dizer que o  
773 magistrado aqui, o presidente, está aqui no fulano ou cicrano, não, não  
774 tem isso não comigo. Agendamento das sessões, aí existe, agendamento  
775 das sessões individuais com as partes e órgãos parceiros. Nós temos a  
776 visita técnica, sessão de mediação, devolução do processo, após a  
777 atuação da comissão com os termos do acordo ou com as  
778 recomendações necessárias de acordo com a resolução 510 do CNJ, aí  
779 nós temos os parceiros que nós temos, só prosseguindo os parceiros  
780 nossos aqui, se estiver faltando algum me digam. Nós temos a situação  
781 dos atuais processos na comissão de soluções mundiais. Constitutivos  
782 são 63, 11 em fase interlocução, 25 em fase visita técnica, 8 em fase  
783 mediação, 19 aguardando nova fase de espaço, são 19. Não estamos lá  
784 ainda não? Ainda não foram os 19? Ah, dos juízes, está certo, já está  
785 distribuído, estão todos com distribuição. Bom, Castanhal, Castanhal  
786 temos aqui, região de Castanhal, 45 processos, Santarém, um processo,  
787 região agrária de Marabá, 14 processos, região de Altamira, zero  
788 processo, região agrária de Redenção, três processos, total são 63. Oi?  
789 É, 2024. O que chegou aqui está tudo ok. Quantitativo de processo, em  
790 2024, com acordo cinco acordos, sem acordo, 37, isso me entristece, me  
791 entristece quando a gente tem um volume muito grande de não solução.  
792 E aqui nós estamos agradecendo, estamos colocando os telefones à

793 disposição, está faltando o e-mail ou não? Oi? Nós temos o e-mail  
794 também. Então, estamos tudo aí, tudo organizado. Quero informar aos  
795 senhores que recentemente nós adquirimos um drone e estamos com um  
796 curso sobre o drone, nós iremos aprender a manusear o drone via  
797 aeronáutica. Eu tive, conversei com o coronel, qual é o nome dele? É da  
798 base. Coronel Felipe, é, da Força Aérea, coronel. E ele se sensibilizou e  
799 vai apresentar um curso, não só para os componentes da Polícia Militar  
800 que estão trabalhando conosco, das pessoas que trabalham também com  
801 rádio e televisão do Tribunal, com os nossos operadores aqui, nós temos  
802 já o número de 23 pessoas que irão fazer esse curso. O curso é de duas  
803 semanas, agora veja bem o horário, começa 8h da manhã, termina 20h  
804 da noite. Nós vamos estudar, voltar ao banco de escola, infelizmente não  
805 vou poder participar. É oito da manhã, uma hora de almoço, até 8h da  
806 noite, ininterrupto. São duas semanas. Eu não ofereci para as pessoas da  
807 nossa comissão, tendo em vista que todo mundo é ocupado. Mas se  
808 alguém quiser participar, é porque vai ter certificação. Tem uma coisa, o  
809 curso é tão sério, mas tão sério que eu tenho que mandar os nomes  
810 primeiro, com toda a qualificação certinho, que pode também ter bola  
811 preta lá na aeronáutica. Vamos fazer uma investigação para saber se  
812 efetivamente aquela pessoa que se inscreveu vai poder ser certificado  
813 após o curso. Você não pode faltar após o curso, que são duas semanas.  
814 E olha o horário. Não sei até, eu até suspendi, viu doutor André, as visitas  
815 técnicas que a gente vai fazer neste período. Qual é o período que vai  
816 ser? Dezoito a vinte e dois, vai ser a primeira etapa, ou seja, aquela etapa  
817 que você vai apresentar a teoria toda do processo. Onde você pode fazer  
818 ou deixar de fazer? Ah, onde você não pode? Próximo ao aeroporto não  
819 pode. Próximo ao aeroporto de qualquer cidade você não pode usar  
820 drone. Porque isso pode impactar nas... Bom, mas isso aí é questão do  
821 curso. Se porventura passarem nestas provas que vão ser realizadas, aí  
822 sim, os que passarem irão fazer a prática. Aqui nós estamos com o doutor  
823 Vécio, nós estamos com o doutor Carlos, quem mais? O Renato, o  
824 Roberto, quem mais? A Juliana, daqui da nossa, da ouvidoria. E alguns  
825 outros aqui. Vamos ter as pessoas também da coordenadora militar, da

826 coordenadora de imprensa também, fazendo este curso. Se alguém  
827 quiser, não vão me fazer que nem me fizeram no curso no Congresso  
828 Internacional. Por isso eu vou voltar daqui a pouco. Porque as pessoas  
829 deram pouco caso no Congresso Internacional de Direito Agrário, pelo  
830 menos aqui compareceu um ou dois só da nossa comissão. Não é? Pois  
831 é. Mas veja bem, então houve atropelo de comunicação. Eu sei que foi  
832 participando, muito participativo, muito bom o Congresso, que ficaram  
833 algumas situações vistas em relação ao porquê de nós termos um  
834 entrelaçamento, viu doutores, entrelaçamento de todos os órgãos e de  
835 todas as situações, ou seja, nós temos que estar simplesmente  
836 entrelaçado. Ministério Público, Defensoria Pública, a sociedade civil de  
837 modo geral, para que as soluções saiam. Foi muito proveitoso, mas muito  
838 proveitoso mesmo o nosso Congresso. Então, desde lá, desde esta  
839 época, nós lá detectamos que, no Congresso, que a melhor solução sai  
840 quando a sociedade civil e a militar trabalham em conjunto. O doutor  
841 Ibrahim lá esteve, me fez um pedido, a reivindicação já foi efetuada,  
842 estamos aguardando só a assunção de novos desembargadores, para  
843 ver se nós efetivamente iremos fazer coisa. Muito obrigado, muito  
844 obrigado. Só aguardamos isso para ver se nós vamos fazer uma turma  
845 de direito agrário. Só para isso, mas isso aí eu vou depender muito. Tem  
846 resistência, muita resistência, porque as pessoas dizem que é pouco  
847 processo. A complexidade é que vem, mas é o ambiental também, porque  
848 está incluído, veja bem, no Congresso, o Congresso foi um troço tão  
849 interessante, porque está interligado, não só o ambiental, como o criminal.  
850 O constitucional foi impressionante. Todos os ramos do direito, quando  
851 você olha para o agrário, está lá incluído. O agrário já é o final. Na  
852 realidade, o que se vê é que todos os ramos de direito estão ali,  
853 intercalados. Não adianta você falar em agrário se você não falar no meio  
854 ambiente. Não adianta você falar em agrário se você não falar no criminal.  
855 Não adianta falar sobre o constitucional, e por aí vai. Então, todos os  
856 ramos de direito estão lá, vinculados. Doutor Ibrahim, que tem a ousadia  
857 de estar conosco, não é doutor? É, porque o senhor não esteve lá. Então,  
858 veja bem, muito bom, muito bom mesmo. Disso nós tiramos muito

859 proveito. Agora, voltando a falar, doutor João Batista, se o senhor quiser  
860 novamente se manifestar quanto a isso aí, vamos ser um pouco rápidos,  
861 nós temos outra pauta. Oi? Não quer mais? Não, obrigado. Mas por quê?  
862 Qual foi o motivo? Não, eu não estou disser sendo, não. Nem pensar.  
863 Quem mais queria falar alguma coisa sobre voltar a Fazenda Mutamba?  
864 Ninguém mais, não é? Então vamos a nossa parte, o item 1 já foi  
865 colocado. Bom, mas sobre a Fazenda Mutamba, tem algum requerimento  
866 a fazer? **DEP. CARLOS BORDALO - ALEPA:** Territórios onde existam  
867 situação de conflito agrário que fosse observado que qualquer emissão  
868 de outro tipo de ação criminal, por exemplo, só fosse feito em comum  
869 acordo com a vara agrária, ou alguma coisa desse tipo. Porque como ali  
870 é uma coisa que uma combustão, basta acender um fogo, acender uma...  
871 Só para estudo, não é? Porque está claro aqui que há um desconforto.  
872 Eu senti pela fala dos magistrados, que o doutor Mazutti, inclusive, foi  
873 muito explícito nisto ali, não é? Que talvez fosse estudar uma maneira de  
874 regulamentar um pouco internamente no Judiciário. Eu sei que... **DES.**  
875 **PRESIDENTE MAIRTON CARNEIRO:** Eu não sei se nós podemos ter  
876 isso para soluções de pegar... **DEP. CARLOS BORDALO - ALEPA:** E já  
877 deu problema, não é, doutor? Já deu no Santa Lúcia, agora deu ali... **DES.**  
878 **PRESIDENTE MAIRTON CARNEIRO:** Aí você fez com a autonomia de  
879 um magistrado. **DEP. CARLOS BORDALO - ALEPA:** Eu sei que há...  
880 **DES. PRESIDENTE MAIRTON CARNEIRO:** Fica meio complicado...  
881 Está assim, mas digo... Não, eu digo o seguinte, eu digo o seguinte... **DEP.**  
882 **CARLOS BORDALO - ALEPA:** Eu não estou propondo que não seja  
883 emitido, mas para ser emitido... **DES. PRESIDENTE MAIRTON**  
884 **CARNEIRO:** Não seria assim, eu digo o seguinte. É... Se meter na  
885 autonomia de um magistrado, em uma outra área, é complicado. Nós  
886 podemos fazer uma espécie de recomendação aos juízes criminais, não  
887 é? Para que seja observada a condição de mandar de prisão, ou mandar  
888 de busca e apreensão, não é? É uma sugestão minha. Não estou aqui  
889 querendo ser o dono da verdade. É... A comissão, a comissão, para isso,  
890 terá que a comissão decidir aqui. É uma sugestão minha. Encaminhar aos  
891 juízes criminais, não é? Não só de Marabá, mas de uma forma geral, que

892 a conta do cumprimento de mandar de prisão, de mandado de busca e  
893 apreensão, não é? Que seja observado se existe ou não existe conflitos  
894 da área. E que seja comunicado ao juiz agrário. Ver se ele tem algum  
895 posicionamento. É uma sugestão minha. Teria outra? Está bem, está bem.  
896 Está bem. Aí quem vai fazer isso será a comissão. Eu pergunto ao senhor,  
897 tem alguma questão ao contrário do que eu estou... Tem alguma coisa ao  
898 contrário? Pois não. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Só deixa...  
899 **DES. PRESIDENTE MAIRTON CARNEIRO:** Não, se tiver, diga. Que é  
900 vontade. **INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA:** É... Nesse ponto...  
901 **DES. PRESIDENTE MAIRTON CARNEIRO:** Vamos dar, vamos dar.  
902 Vamos... Para as mulheres, mulheres. Mulheres têm... **ANDREIA**  
903 **MACEDO BARRETO - DPE:** Obrigada, desembargador. Tem uma ação  
904 direta de incondicionalidade, a 3433, que envolve o Tribunal de Justiça,  
905 não sei se o doutor André conhece essa ADI, que fala um pouco sobre  
906 competência e traz essa matéria criminal. O doutor José Maria, o juiz de  
907 Santarém, está aqui. Existe um processo, inclusive criminal, dentro da  
908 vara agrária de Santarém. E nós fizemos uma busca, nós identificamos  
909 apenas Santarém, não temos nenhum outro processo das demais varas  
910 agrárias. Então, dentro desse ponto, da decisão do Supremo Tribunal  
911 Federal, desembargador, existe uma decisão que fala que a lei  
912 complementar, que alterou a Constituição do Estado Pará, Estado do Pará  
913 não, minto. A lei complementar que trata a competência da vara agrária,  
914 ele enfrentou essa ação direta de incondicionalidade, a lei complementar  
915 14. E fala que... Porque lá ainda tem na redação crimes agrários como  
916 competência da vara agrária, só que a Constituição já foi alterar com a  
917 emenda condicional. Mas o que eu queria resgatar isso, porque nós  
918 fizemos um debate interno na Defensoria, por conta desse processo que  
919 existe, inclusive, dentro da vara agrária de Santarém, nós fizemos esse  
920 levantamento, mas eu ia propor na comissão aqui que a gente fizesse  
921 esse debate sobre essa ADI, essa ação direta de incondicionalidade, que  
922 já é do ano passado... Desembargador Mairton, a minha proposta é que  
923 essa comissão fizesse um debate sobre isso, sobre os efeitos dessa ADI,  
924 que diz exatamente, faz exatamente essa relação entre o processo

925 criminal e competência da vara agrária. E, recentemente, nós tivemos  
926 uma decisão, em outro caso, envolvendo o Acará, do Tribunal de Justiça,  
927 que a gente também trouxe essa ADI, porque tem um entendimento do  
928 pleno do tribunal sobre um artigo da Resolução 18, de 2005, que fala que  
929 também é competência da vara agrária os casos envolvendo interesse  
930 público, valorizando a natureza da lide ou qualidade da parte, e aí ele fala  
931 exatamente nesse caso de conflito, violência, etc., que é uma decisão do  
932 pleno do tribunal. Então, eu queria colocar isso aqui, porque a gente já  
933 fez uma leitura, mas essa comissão, ela tem esse propósito também de  
934 estudo, que todos nós fizéssemos essa leitura, esse estudo sobre esta  
935 ADI, que é a ADI 3433, sobre todas essas, envolvendo os conflitos  
936 agrários, para a gente ter até uma, ver se a gente sai de um  
937 encaminhamento mais substancial da comissão. É isso. Então, acho que  
938 é isso. **DES. PRESIDENTE MAIRTON CARNEIRO:** Temos que tomar  
939 cuidado e também não preencher muita situação em relação à vara  
940 agrária, porque, como disse ainda agora, nós temos que olhar a  
941 Constituição, nós temos que olhar o Constitucional, nós temos que olhar  
942 o Civil, nós temos que olhar tudo quanto é número de dinheiro desemboca  
943 ali. Mas, por enquanto, enquanto não se resolve isso, eu sugiro, é a  
944 sugestão, que se recomenda essa recomendação aos juízes criminais,  
945 nesse sentido, se tiver que, e o senhor queria falar. Pois não. **MARCUS**  
946 **WAGNER TEIXEIRA - DPU:** Bom dia, desembargador. Não queria  
947 acrescentar nisso que o senhor falou, até eu ia sugerir antes, até da  
948 própria doutora Herena comentar, que já existe essa recomendação no  
949 Ministério Público, que a gente, enquanto comissão, oficial essa  
950 [ininteligível] do TJ, é importante também que a gente também possa  
951 fazer essa [ininteligível], eu também posso fazer essa recomendação  
952 enquanto ouvidoria Agrária, mas a gente recomendar, solicitar a  
953 corregedoria do TJ, que avalie essa recomendação do Ministério Público  
954 e verifique a possibilidade de a gente pedir uma recomendação similar.  
955 Por exemplo, assim que houver uma expedição de mandado de prisão  
956 numa área de conflito, que a Vare Agrária seja comunicada e,  
957 eventualmente, solicitar o apoio também nesse eventual cumprimento.

958 Tendo em vista que, como a gente colocou aqui, tanto na Mutamba,  
959 quanto na Fazenda Santa Lúcia, lá em Pau D'Arco, havia tratativas  
960 avançadas de negociação que, por conta da questão criminal, que não foi  
961 um mandado de reintegração de posse que ocasionou as mortes, mas um  
962 mandado de prisão em outros processos, por conta disso, você até  
963 dificultou ou, nesses casos, impossibilitou a realização do acordo. Então,  
964 sugeri que, assim como existe no Ministério Público, que a gente, quanto  
965 comissão, pudesse sugerir à corregedoria que expedisse recomendação  
966 similar, que quando houvesse mandado de prisão, numa área de conflito,  
967 o juízo da Vare Agrária fosse comunicado e, eventualmente, até solicitar  
968 o apoio numa espécie de atuação conjunta. É isso. Obrigado. **DES.**  
969 **PRESIDENTE MAIRTON CARNEIRO:** É, mas é isso que eu estou  
970 colocando. Agora, é recomendação nesse sentido aí. Agora, nós temos  
971 que ver situações em concreto. Por exemplo, nós temos um processo aí  
972 que começou com quilombola, aí depois passou a ser índio. As mesmas  
973 situações, as mesmas pessoas, não é, eram quilombola. Depois passou  
974 a ser índio. Então, a gente tem que dar cuidado com isso. Muito cuidado.  
975 Porque tudo, tudo é apurado e observado. Não adianta as pessoas  
976 quererem mudar uma coisa que não é. Então, vamos ter que tomar muito  
977 cuidado com isso também. Agora, é uma sugestão minha para que seja  
978 efetuada a comunicação ao juízo agrário. O senhor queria falar, doutor?  
979 **CEL. MARIO SOLANO - FAEPA:** Excelência, pela primeira vez, a FAEPA  
980 vai ser contrária à recomendação. Motivo muito simples. Nós temos que  
981 entender, senhoras e senhores, nós estamos falando de penal e penal  
982 com crime continuado. Tem pessoas que estão sofrendo diariamente  
983 ameaças, risco de vida nessas propriedades. E quando a polícia vai  
984 cumprir por determinação judicial com a fiscalização do Ministério Público,  
985 também homologando, obviamente que a situação é grave e é séria.  
986 Então, tem que ser observado isso, porque quanto mais demora, os  
987 problemas vão aumentando. Todos os senhores têm experiência disso. E  
988 outra coisa. Nós não estamos discutindo aqui uma situação específica de  
989 movimento social. Nem de uma comunidade específica. A comunidade  
990 está lá. Não foi feito nada com a comunidade no que se refere à

991 reintegração de posse, tirar da posse. Foi cumprimento de ordem de  
992 prisões e buscas e apreensões. E isso deve ser mantido, separado, no  
993 nosso entendimento, para uma questão muito simples. Quando isso  
994 ocorre, crime continua acontecendo, tem que ter uma ação mais rápida,  
995 imediata. Se nós entrarmos no processo de ficar burocratizando, como foi  
996 o caso do 510, que também nós fomos contrários, por uma questão muito  
997 simples. É redundância. Nós já falamos isso aqui. Então, de forma  
998 objetiva, essas são as condenações. A gente pede até desculpa de ser  
999 contrário, mas porque a gente sabe que o crime que está acontecendo lá  
1000 é grave, é penal, e tem que ser separado o joio do trigo. Não é contra a  
1001 comunidade, nem contra o movimento social. É contra quem comete  
1002 crime penal. Obrigado. **DES. PRESIDENTE MAIRTON CARNEIRO:** Está  
1003 certo. Queria falar também, doutor? **SOLANGE MOTA - FIEPA:** Bom dia  
1004 a todos. Meu nome é Solange Mota. Eu estou aqui representando a  
1005 FIEPA. Eu também tenho o mesmo entendimento, até porque crime penal  
1006 não quer dizer que é crime agrário conforme foi dito. Isso soa até mal. E,  
1007 além do mais, é o seguinte. Quando ele cai para o lado penal, eu acho  
1008 que não é uma questão desta comissão. Nós estamos aqui para tentar  
1009 resolver a questão agrária. Agora estão querendo abarcar o todo e colocar  
1010 até a questão penal aqui dentro. Isso aqui vai virar uma outra situação,  
1011 que eu acho que não é o objeto, pelo que eu li aqui e pelo que eu entendi  
1012 até então. **DES. PRESIDENTE MAIRTON CARNEIRO:** Muito bem.  
1013 Doutor. **IBRAIM ROCHA - PGE:** Eu só queria reiterar a proposta do  
1014 desembargador. Inclusive, só reiterando aí, que nós já temos um relatório  
1015 da comissão que já suscitava essa discussão. E aí, então, eu vou colocar  
1016 no grupo, resgatar que poderia ser, desembargador, na outra pauta,  
1017 poderia discutir isso melhor e debater com o tribunal. Porque naquela  
1018 época, exato, que foi no caso da BBF, inclusive, foi discutido, que nós  
1019 fizemos uma mediação lá e nós tivemos... Isso, exatamente. Eu ia  
1020 restaurar aqui o nosso secretário. E aí, eu acho que seria um bom  
1021 momento para retomar essa discussão junto com o tribunal. Porque, claro,  
1022 é muito melhor, e aí nós temos um deputado que é bem ativo aqui, o  
1023 Bordalo, retomar essa discussão com o tribunal, a partir dessa decisão do

1024 STF, que eu acho que é o caminho mais confortável para uma alteração  
1025 legislativa, com a Assembleia Legislativa, com o poder do povo. Então, eu  
1026 acho que esse caso seria um start para a gente retomar essa discussão  
1027 de competência realmente em lei. Dessa competência das varas agrárias.  
1028 Que já era no passado, que foi alterado, mas que, com a decisão do STF,  
1029 eu acho que retoma a validade. E aí, é bem curioso que isso tenha sido  
1030 feito no estado do Pará, justamente porque nós temos essa vivência.  
1031 Então, não é à toa. **DES. PRESIDENTE MAIRTON CARNEIRO:** Poderia,  
1032 inclusive, sobre esse assunto, poderia, inclusive, a Defensoria Pública já  
1033 tem um estudo formado, o Ministério Público Estadual, a própria  
1034 Secretaria de Direitos Humanos. **JARBAS VASCONCELOS – SEIRDH:**  
1035 V. Ex<sup>a</sup>. poderia, na próxima pauta, estabelecer esse assunto e nós  
1036 debatermos com a profundidade que merece. E aí, sair daqui, quem sabe,  
1037 uma proposição para o Tribunal, já nesse contexto de esperança, que está  
1038 hoje, para que pudesse haver uma mudança de reestruturação das varas  
1039 agrárias. **DES. PRESIDENTE MAIRTON CARNEIRO:** Muito bem.  
1040 **INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA:** Até porque, doutor... **DES.**  
1041 **PRESIDENTE MAIRTON CARNEIRO:** Eu estou adepto a receber  
1042 sugestões aqui e nós discutirmos. Não adianta ficarmos aqui só  
1043 divagando. Agora, a recomendação, entendeu, viu, doutor? Tirando o  
1044 flagrante delito, tirando o flagrante delito, isso tem que ficar nessa  
1045 recomendação, tem que ficar aí. O flagrante delito está na legislação. Mas  
1046 a recomendação é justamente para saber esse horário, o que vai ser  
1047 cumprido. Não é para avisar isso ou aquilo. Mas uma simples  
1048 comunicação à vara, não quer dizer que o júri vai interferir na situação do  
1049 outro lá. Não seria burocracia. Eu não quero, assim... Por quê? Porque o  
1050 magistrado criminal tem a sua autonomia. Ele vai obedecer a se quiser.  
1051 Agora, se estiver na lei, é outro quem é. **INTERLOCUTORA NÃO**  
1052 **IDENTIFICADA:** Doutor? **DES. PRESIDENTE MAIRTON CARNEIRO:**  
1053 Aí, sinceramente... O estudo é bom, viu, doutor? O estudo é bom.  
1054 **HERENA NEVES MAUÉS - MPPA:** Eu quero só fazer uma referência ao  
1055 que a doutora André colocou do caso de Santarém, que eu, assim, pela  
1056 decisão do STF, da ADI, eu já atuei como criminal. Eu combinei com o

1057 doutor Manoel Maria que a gente utilizaria o fundamento da ADI e já estou  
1058 atuando. Não parece que tem um segundo que vai vir criminalmente.  
1059 Então, é uma questão... **DES. PRESIDENTE MAIRTON CARNEIRO:** Eu  
1060 não sei como estão os demais. O senhor que já foi júri agrário há muito  
1061 tempo, o senhor atuou no criminal também, não é? **ANDREA BARRETO**  
1062 **- DPE:** Mas, doutor, só tem um processo. Em todo o estado do Pará, nós  
1063 levantamos isso. Que é esse, de Santarém. **HERENA NEVES MAUÉS -**  
1064 **MPPA:** Esse de Santarém. Mas aí nós tivemos que atuar. **DES.**  
1065 **PRESIDENTE MAIRTON CARNEIRO:** Sim, mas isso aí nós temos que  
1066 fazer, como falou o doutor Ibrahim, nós temos que efetivamente fazer um  
1067 estudo e, feito esse estudo, fica em certeza de uma coisa, eu levarei ao  
1068 tribunal. Não tem problema algum. Sem problema algum. Se o tribunal  
1069 entender por bem, encaminhar, que primeiro vai ter que passar pela  
1070 comissão nossa, do Conge lá, da Organização Judiciária, passa por ela o  
1071 nosso estudo feito aqui, se eles fizerem alguma modificação, depois vai  
1072 ter que passar pelo Pleno. Não há problema. Mas nós temos que levar  
1073 alguma coisa já, efetivamente, a Comissão de Grilagem também serve  
1074 para isso. Aí diz tudo. **ANDREA BARRETO - DPE:** Desembargador?  
1075 **DES. PRESIDENTE MAIRTON CARNEIRO:** Se tiver também algum  
1076 estudo da FAEPA, também em relação a isso, da FIEPA também, viu,  
1077 doutora Solange? Vamos fazer. Se tiver também, doutor João Batista,  
1078 vamos fazer. Quanto mais nós tivermos, medirmos mais esforços, para  
1079 que não ocorra o que ocorreu na Fazenda Mutamba é melhor. **ANDREA**  
1080 **BARRETO - DPE:** Desembargador, nesse tempo, eu vou compartilhar  
1081 todo o levantamento que nós já fizemos, passar para a comissão, para a  
1082 comissão avaliar, se compartilha com os demais. Mas eu reforço, o doutor  
1083 Ibrahim já falou, aí a gente teria, todo mundo teria tempo de ler o material,  
1084 para na próxima reunião, ter um debate mais qualificado, com relação a  
1085 essa matéria. Inclusive, se mencionando, porque nós fizemos esse  
1086 debate na defensoria, foi muito controverso, posições, enfim. Mas eu acho  
1087 que é importante, todos e todas nós aqui, debater este assunto específico,  
1088 e ler, na verdade, ler a ADI, que a ADI, a gente diz que é importante para  
1089 essa comissão. **Sr. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI:** Eu só queria pontuar

1090 uma situação, que, na verdade, a gente já faz esse tipo de situação. Os  
1091 juízes agrários, até porque, como magistrados que nós somos, quando a  
1092 gente toma conhecimento de alguma infração penal, no âmbito da  
1093 apuração do processo agrário, isso todos os juízes agrários fazem.  
1094 Quando toma conhecimento de alguma infração, que as partes  
1095 comunicam, juntam fotos de algum crime ambiental, ou de alguma  
1096 conduta criminosa, nós oficiamos a DECA, que é a Delegacia de Conflitos  
1097 Agrários, o Ministério Público Agrário também participa, e a gente pede,  
1098 encaminha pedindo que vá ao local, que realize uma inspeção, para ver  
1099 se existem crimes ambientais, porque a gente não pode se quedar inerte  
1100 a qualquer notícia de crime. Então, isso aí, o juiz agrário já faz. Isso nós  
1101 já fizemos. Eu acho que esse debate que vocês estão fazendo aí, eu acho  
1102 que é muito interessante, eu acho que vocês podem até mudar a  
1103 competência, fazer um estudo aí, um debate. Agora, eu acho que tem que  
1104 ser muito bem estudado isso, porque é o seguinte, porque no momento  
1105 que passar a competência de crimes ambientais, propriamente  
1106 ambientais, para o juiz agrário, a situação é a seguinte, tem que ver o que  
1107 é conflito agrário, porque muitas vezes uma briga lá de... a pessoa toma  
1108 cachaça lá e briga com a mulher lá, e aí o negócio vem para o juiz agrário  
1109 também. Aí a gente não consegue. Eu acho que tem que ser muito bem  
1110 delimitado, muito bem delimitado, o que é conflito agrário. Agora, outra  
1111 coisa que, inclusive, eu... a comunicação, a questão criminal, é a questão  
1112 criminal do juiz competente para isso. Se o juiz criminal comunicasse a  
1113 Vara agrária sobre o que ele vai fazer lá, o que isso aí iria mudar? Porque  
1114 nós não temos competência criminal para fazer... Bom, eu vou suspender,  
1115 porque eu sou juiz criminal. Eu não sou xerife, então eu só estou  
1116 esclarecendo essa questão. Quando a gente toma conhecimento de crime  
1117 ambiental, de inflação ambiental, a gente pede apuração. Isso a gente faz  
1118 em todos os processos. Agora o debate é bom, pode mudar, estudem aí,  
1119 mas eu acho que tem que ser uma coisa, não pode ser uma coisa  
1120 precipitada, entendeu? Que pode ferir até o código de processo penal aí.  
1121 Obrigado. **DES. PRESIDENTE MAIRTON CARNEIRO:** Está bom. Então  
1122 vamos fazer isso aí? Vamos fazer isso aí? Um minutinho, vamos fazer

1123 isso aí? E... O senhor queria falar, doutor João Batista. Fique à vontade.  
1124 **JOSÉ BATISTA GONÇALVES - CPT:** Sim, doutor. Bom, é um pedido.  
1125 Embora o doutor Jarbas tenha feito a pergunta para a representante do  
1126 Ministério Público de Marabá com muita objetividade, mas eu não entendi  
1127 bem a resposta. Existe ou não existe procedimento administrativo aberto  
1128 no Ministério Público para apurar a operação que as entidades estão  
1129 dizendo que houve ilegalidades durante a sua execução? **DES.**  
1130 **PRESIDENTE MAIRTON CARNEIRO:** Ela falou que sim. **JOSÉ BATISTA**  
1131 **GONÇALVES - CPT:** Então, para que fique mais concreto, eu queria  
1132 solicitar que a comissão solicitasse do Procurador-Geral do Ministério  
1133 Público ou do Ministério Público local informação concreta de quais  
1134 procedimentos estão abertos e que procedimentos são esses, porque até  
1135 aqui eu acompanho, eu acompanhei inclusive todas as vítimas  
1136 sobreviventes. Eu não tenho conhecimento de que nenhuma delas tenha  
1137 prestado depoimento até hoje no Ministério Público lá em Marabá. Não  
1138 tenho conhecimento. E se tivesse prestado, certamente teriam me  
1139 informado. **DES. PRESIDENTE MAIRTON CARNEIRO:** Então, o senhor  
1140 quer que seja oficiado, é isso? **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:**  
1141 É, que pudesse ser oficiado para que responda que procedimento está  
1142 em curso. **DES. PRESIDENTE MAIRTON CARNEIRO:** O Procurador-  
1143 Geral ou o Ministério Público de Marabá? **JOSÉ BATISTA GONÇALVES**  
1144 **- CPT:** O que o senhor quer que eu entenda ser [ininteligível]. **DES.**  
1145 **PRESIDENTE MAIRTON CARNEIRO:** Não, não, fique à vontade. **JOSÉ**  
1146 **BATISTA GONÇALVES - CPT:** Não, pode ser o Procurador que responde  
1147 pelo... **DES. PRESIDENTE MAIRTON CARNEIRO:** Não, está bom, isso  
1148 aí está previamente aprovado, não tem por que não enviar o Procurador-  
1149 Geral saber a quantos andas o processo... **JOSÉ BATISTA GONÇALVES**  
1150 **- CPT:** É, porque a informação que nós temos lá em Marabá, que os  
1151 procedimentos todos abertos, só são para apurar a conduta dos  
1152 trabalhadores. Todos os trabalhadores. **JOSELIA BARROS - MPPA:**  
1153 Doutor Batista. Oi. Doutor Mairton, gostaria de falar. O doutor José Batista  
1154 pode, inclusive, vir à sede do Ministério Público como ele sempre vai  
1155 resolver outras situações e verificar pessoalmente. Existem no âmbito da

1156 promotória de controles externo da atividade processual, na promotória  
1157 criminal e a promotória agrária. Todas instauraram procedimento para  
1158 acompanhar. O senhor pode pessoalmente lá checar. **JOSÉ BATISTA**  
1159 **GONÇALVES - CPT:** Correto, doutor. Só quero ter conhecimento desses  
1160 procedimentos. **JOSELIA BARROS - MPPA:** Outra situação... **JOSÉ**  
1161 **BATISTA GONÇALVES - CPT:** Só quero ter conhecimento desses  
1162 procedimentos. **JOSELIA BARROS - MPPA:** Doutor, gostaria de concluir  
1163 a minha fala. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Se for possível,  
1164 gostaria, doutor. Se for possível, gostaria. A segunda questão é em  
1165 relação... **DES. PRESIDENTE MAIRTON CARNEIRO:** Pois não, doutora.  
1166 **JOSELIA BARROS - MPPA:** Eu gostaria de concluir a fala e dizer que o  
1167 doutor José Batista tem sempre contato lá na promotória e ele pode a  
1168 qualquer momento. Algumas situações são de colegas. Eu não posso  
1169 falar em nome de colegas. Algumas situações estão em segredo de  
1170 justiça. Então, é preciso saber esperar. Mas o Ministério Público não se  
1171 furtou e nunca se furtará de fazer as apurações com respeito a qualquer  
1172 situação que ocorra. **JOSÉ BATISTA GONÇALVES - CPT:** Doutora, a  
1173 única coisa que ele está reivindicando aqui é que indiquem quais são os  
1174 procedimentos abertos. É isso, simplesmente, que estamos  
1175 reivindicando. Nada mais. **DES. PRESIDENTE MAIRTON CARNEIRO:**  
1176 Não só ela como promotora agrária e como o colega lá, promotor criminal,  
1177 também. **JOSÉ BATISTA GONÇALVES - CPT:** Mas se for possível,  
1178 doutor, gostaria que a comissão fizesse uma conversa. Beleza. A segunda  
1179 questão diz respeito à atuação da delegacia de conflitos agrários. A gente  
1180 vem questionando há algum tempo que, por ser uma delegacia  
1181 especializada, os delegados que fossem nomeados para essas  
1182 delegacias passassem por um processo de formação específica nessa  
1183 questão agrária, fundiária, direito, que diz respeito aos crimes agrários  
1184 etc. Essa proposição foi levada para o Conselho Estadual de Segurança  
1185 Pública e foi aprovada, inclusive. Eu até participei de uma das reuniões  
1186 que discutiu o estabelecimento desses critérios. Mas nós não temos  
1187 conhecimento. Aí foi, acho que, para a mesa do secretário de Segurança  
1188 Pública. Quem tiver assento pode me informar melhor. Talvez para a

1189 publicação alguma coisa, ou o governador assinar. Daí para frente, nós  
1190 não temos mais nenhuma informação do que aconteceu. Porque nós  
1191 entendemos que é de extrema importância que, por ser delegacias  
1192 especializadas, que os delegados que estão à frente passem  
1193 minimamente por um processo de formação na área específica. Porque,  
1194 senão, não tem muito sentido ser delegacia especializada em conflitos  
1195 agrários se não existe critério nenhum para a ocupação da função. Aí, o  
1196 delegado que ocupa é o mesmo que ocupa qualquer outra função em  
1197 outra delegacia. **DES. PRESIDENTE MAIRTON CARNEIRO:** Não, não,  
1198 não. Isso eu tenho conhecimento. Sim. Todos os delegados do agrário  
1199 são especializados no agrário. Fizeram curso para isso. Todos. Agora, se  
1200 o doutor Bororó, Bororó? **JOSÉ BATISTA GONÇALVES - CPT:** Mororó.  
1201 **DES. PRESIDENTE MAIRTON CARNEIRO:** Mororó. Ele deve ter feito,  
1202 sim. Mas, eu posso, através da comissão também, encaminhar o ofício  
1203 ao delegado-geral. É ele que nomeia. Delegado-geral, para saber se está  
1204 sendo obedecido esse critério. Para que o senhor e a comissão tenham  
1205 conhecimento de que eu sei e, por vias oblíquas, que todos os delegados  
1206 que estão trabalhando na delegacia agrária, eles são, eles fazem, eles  
1207 fazem um curso para poder fazer especialização em agrário. Sim. Bom,  
1208 eu não sei onde eles fizeram. Eu sei que... **CEL. MARIO SOLANO -**  
1209 **FAEPA:** Excelência, para agregar aqui. Nenhum delegado, nenhum  
1210 oficial, sai da academia sem esse conhecimento. Hoje, todos são  
1211 formados em direito. Independente disso, vão sentar lá na colinha do  
1212 professor Raimundo. Passam lá um bom tempo aprendendo direito,  
1213 inclusive especializado. Então, já sai para ser delegado e já tem esse  
1214 conhecimento. Entendeu? O que está se pedindo é mais uma  
1215 qualificação, mas todos têm esse conhecimento. E o delegado Mororó  
1216 não tem um mês na delegacia de conflitos agrários. São anos trabalhando  
1217 justamente com conflitos agrários. Então, é uma pessoa qualificada como  
1218 a maioria que o senhor falou são. Essa é a observação. **DES.**  
1219 **PRESIDENTE MAIRTON CARNEIRO:** Então, vamos encaminhar o ofício  
1220 ao delegado geral, está bem? Quais são os... os delegados... Eu quero  
1221 saber a relação das delegacias agrárias que nós temos. Não sei qual.

1222 Está bem? **JARBAS VASCONCELOS - SEIRDH:** Desembargador? **DES.**  
1223 **PRESIDENTE MAIRTON CARNEIRO:** Doutor. **JARBAS**  
1224 **VASCONCELOS - SEIRDH:** Só para informar aqui aos nossos pares que  
1225 o nosso Conselho Estadual de Direitos Humanos tem acompanhado esse  
1226 caso desde o primeiro momento. Na antevéspera do sítio de Nossa  
1227 Senhora de Nazaré. O Bordalo mencionou que ligou só para o Ualame,  
1228 mas ele ligou muito para mim. Mais para mim do que para o Ualame. E  
1229 nós estamos acompanhando e pedimos informações às autoridades.  
1230 Estamos colhendo essas informações e repassando, contribuindo  
1231 também com essa interlocução com as autoridades nacionais e também  
1232 algumas autoridades internacionais de direitos humanos. Porque o que  
1233 aconteceu precisa realmente ser investigado. E independentemente dos  
1234 fins alegados pela autoridade policial e também na decisão judicial e no  
1235 parecer do Ministério Público, relativamente a combater uma atividade  
1236 ilícita. O problema é o procedimento. Aliás, eu diria que a nossa secretaria  
1237 comparece sempre a esta comissão que presta um serviço  
1238 relevantíssimo, indispensável ao Estado do Pará e ao Brasil. Exatamente  
1239 pelo procedimento. Porque o procedimento é questão de direitos  
1240 humanos. Não se pode fazer reintegração de qualquer jeito, de qualquer  
1241 forma, de qualquer modo. Não se pode cumprir ordem judicial, seja cível,  
1242 seja penal, com violação de direitos humanos. Então, sem pôr aqui  
1243 nenhum juízo de mérito, dizer que nós estamos levantando dados para  
1244 formar um juízo de violação ou não de direitos humanos em decorrência  
1245 da ação policial feita no dia 11 de outubro. **DES. PRESIDENTE MAIRTON**  
1246 **CARNEIRO:** Então vamos lá, vamos agora retornar essa porta, que eu  
1247 tenho uma outra reunião agora com os juízes de conflitos. Eu quero  
1248 colocar em aprovação o ato anterior. No silêncio ela está aprovada. Eu  
1249 queria convidar os componentes da nossa comissão aqui para no dia 29  
1250 de outubro às 13h nós vamos receber aqui a nossa santa. Eu queria  
1251 convidar todos os presentes, as pessoas da comissão dia 29 de outubro.  
1252 É um dia após o [ininteligível], agora. Terça-feira, 13h. Nós teremos a visita  
1253 da imagem peregrina. Ela já vem com o manto novo. Essa é a nossa  
1254 peregrina mesmo que andou por aí com todos aqueles milagres que ela

1255 deve ter efetuado. E vamos estar aqui nesse dia. Venham devidamente  
1256 almoçados. Só vai ter aqui um coquetel. Esse horário é devido à nossa.  
1257 Esse horário é devido de uma outra de Santo Isabel para cá. Ela vai para  
1258 Santo Isabel e depois retorna exclusivamente para cá. Vai ter duas visitas.  
1259 Só aqui e lá. Lá e aqui, aliás. Bom, o item três nós já vencemos. O item  
1260 quinto é convite aqui para a palestra sobre os conhecimentos sobre a  
1261 venda de crédito de carbono e a relevância política do meio ambiente e  
1262 sustentabilidade. E vai ser aplicada pelo doutor Raul Protázio Romão,  
1263 secretário do meio ambiente e sustentabilidade. E vai ser realizada aqui  
1264 no dia 31 de outubro 2024 às 14h neste auditório. Eu pediria aos  
1265 componentes da nossa da nossa comissão que se fizerem presente. Por  
1266 favor. 14h. O início é 14h. Vai ser uma coisa muito boa. Ele tem uma ideia  
1267 excelente sobre sustentabilidade, sobre o meio ambiente, o carbono, o  
1268 porquê, o direito do carbono. Esse pedido aqui foi incluído na pauta  
1269 atendendo o doutor Ibraim. Então, gente, eu preciso que os senhores  
1270 venham com certeza, com certeza encaminhar para todo mundo. Vamos  
1271 encaminhar para todo mundo. Vai ser aqui, vai ser aqui, vai ser aqui. Em  
1272 resposta está a informação do Plano de Ação de Fazenda Limão e  
1273 Porangaba. Resposta da Auditoria ao CNJ e resposta também do  
1274 [ininteligível] Maria. Fazenda Limão e Porangaba. Santarém. É, nós já  
1275 respondemos. Se os senhores quiserem, nós mandamos a resposta não  
1276 só daqui nossa, como também do magistrado que o CNJ solicitou e nós  
1277 estamos encaminhando essa resposta. Está certo? Para depois não  
1278 estarem nos cobrando. Não tem porquê ser cobrado por isso. Devia ser  
1279 pela Comissão de Conflitos. Mas não aqui por nós. Nós estamos  
1280 encaminhando isso. Se os senhores desejarem nós também  
1281 encaminhamos o e-mail, como mandamos já o relatório já está no e-mail  
1282 de vocês. O relatório efetuado na Fazenda Mutamba. Vamos colocar na  
1283 próxima reunião. Pois não, doutor? O que ocorre agora? **GIROLAMO**  
1284 **TRECCANI - FETAGRI:** Não, eu gostaria de voltar a última coisa que a  
1285 vossa excelência falou. Que é a divulgação das atas desta Comissão.  
1286 Porque é fundamental assim como agora recebemos aqui da Mutamba,  
1287 não é? Para poder fazer um juízo de acompanhamento daquilo que está

1288 acontecendo, seria muito importante recebermos ou colocar no site da  
1289 Comissão. Enfim, a maneira da divulgação, acho que isso cabe à vossa  
1290 excelência. Mas é importante ter isso. **DES. PRESIDENTE MAIRTON**  
1291 **CARNEIRO:** Está no site da ouvidoria? **GIROLAMO TRECCANI -**  
1292 **FETAGRI:** Todas as... Não, estou falando não das atas desta Comissão.  
1293 Estou falando das atas de mediação, assim como recebemos agora aqui  
1294 da Mutamba. **DES. PRESIDENTE MAIRTON CARNEIRO:** Quando nós  
1295 devolvermos, sim. Não tem problema nenhum. **GIROLAMO TRECCANI -**  
1296 **FETAGRI:** E aí já aproveitando o ensejo nós recebemos em papel esta  
1297 informação sobre a Comissão. Seria bom receber um arquivo eletrônico  
1298 para poder facilitar nossa vida. Obrigado. **ANDRÉ FILO-CREÃO:** É só  
1299 uma questão que eu acho que é importante pontuar, é que os relatórios  
1300 da Comissão de Soluções Fundiárias eles vão para os autos do processo.  
1301 Lá onde eles são tratados. Eu não acredito que seja razoável que  
1302 houvesse publicação no site da ouvidoria por uma questão simples. São  
1303 dados de processos e que há informações de pessoas relacionadas  
1304 nessas visitas. Então, talvez o interessante seria buscar nos autos dos  
1305 processos respectivos onde são juntados para que ali o presidente do  
1306 processo deliberasse sobre essa liberação ou não, a partir do que tem lá.  
1307 Então, é só uma ponderação que eu trago em nome da... Acho que é  
1308 importante o ouvidor deliberar. Acho que o que é mais importante para os  
1309 membros da Comissão é que eles recebam informações relacionadas a  
1310 que processos foram feitas as análises. Aí eu acredito que isso supra  
1311 então. Pronto. Então talvez, desembargador, a título de sugestão, que  
1312 todo relatório uma vez realizado, a Comissão já dispare diretamente para  
1313 os integrantes da Comissão a conclusão do relatório só, olha, foi  
1314 concluído o relatório do processo número tal e encaminhado ao juízo  
1315 competente e a partir daí cada membro que tenha interesse vai buscar  
1316 junto ao juízo presidente do processo essa informação. Eu não sei se  
1317 seria muito prudente da nossa parte nós juntarmos o relatório do trabalho  
1318 da Comissão no site da ouvidoria, até porque é o juiz presidente do  
1319 processo que tem essa prerrogativa de analisar essa questão. Só uma  
1320 sugestão que eu trago. **CEL. MARIO SOLANO - FAEPA:**

1321 Desembargador? Desembargador? **DES. PRESIDENTE MAIRTON**  
1322 **CARNEIRO:** Pois não? **CEL. MARIO SOLANO - FAEPA:** Senhores  
1323 magistrados. Às vezes aqui pela Federação a gente se torna um pouco  
1324 até chato de ficar repetitivo sobre alguns aspectos, mas a gente tem que  
1325 lembrar todas as vezes que são pontuados um lado e não são pontuados  
1326 o outro no que se refere a questão dos direitos humanos. Vou dar um  
1327 exemplo. Isso já citei nos autos. Não foi falado das vítimas aqui. Os  
1328 colaboradores da propriedade lá da fazenda Mutamba, por exemplo,  
1329 foram ameaçados. Teve gente que sofreu lesão. O próprio operador do  
1330 drone teve essa situação. Então, assim, equidade. Cadê os direitos  
1331 humanos para as vítimas? Também. Que causou todo esse resultado.  
1332 Então, foram vários crimes continuados que aconteceram. Eu pediria que  
1333 cautela aos membros da comissão para analisar até porque, como foi dito  
1334 corretamente pela promotora lá em Marabá, ainda está em segredo de  
1335 justiça. Tem muita informação. Para os senhores terem uma ideia,  
1336 infelizmente não deu para apresentar fotos aqui. Muitos celulares foram  
1337 apreendidos. E eu tenho certeza que virão surpresas aí depois que  
1338 saíssem as informações dos contatos e quem está por trás disso. Então,  
1339 feitas essas considerações, mais uma vez, pela FAEPA, a gente veio pedir  
1340 equidade. Se há direitos humanos para um, há direitos humanos para  
1341 todos. **DES. PRESIDENTE MAIRTON CARNEIRO:** Eu tenho dito isso  
1342 não só para ocupantes. **CEL. MARIO SOLANO - FAEPA:** O senhor está  
1343 correto. **DES. PRESIDENTE MAIRTON CARNEIRO:** Mas também para  
1344 as pessoas que têm proprietário, que, pelo que eu tenho conhecimento,  
1345 foram ameaçados. Isso aí, não tenho dúvida, tem que ter equidade, sim.  
1346 E o Ministério Público está vigilante em relação a isso. Não é, doutora?  
1347 Doutora Josélia, por onde anda? Doutora Josélia? **JOSELIA BARROS -**  
1348 **MPPA:** Estou sim, doutor. O Ministério Público está acompanhando o  
1349 tempo, em tempo integral, a situação. **DES. PRESIDENTE MAIRTON**  
1350 **CARNEIRO:** Então, o Ministério Público não é só, não estava olhando só  
1351 o lado de ocupantes, não só o lado... Ele também tem que olhar o lado do  
1352 ser humano, que também é dos proprietários. **INTERLOCUTOR NÃO**  
1353 **IDENTIFICADO:** Mas direitos humanos... **DES. PRESIDENTE MAIRTON**

1354 **CARNEIRO:** Mas direitos humanos é de um modo geral. Direitos  
1355 humanos é um modo geral, não é... É um modo... **JOSÉ BATISTA**  
1356 **AFONSO - CPT:** Desembargador, aqui com as informações sobre a  
1357 questão da qualificação dos delegados para ocupação de cargos nas  
1358 decas. Não existe essa recomendação. Só para comprovar, tem o  
1359 processo número 011/2023, que tramita no CONSEP, que aprovou a  
1360 resolução referente às normas para ocupação em cargos nas decas.  
1361 Então, o CONCEP aprovou e foi encaminhado para a Secretaria de  
1362 Segurança Pública, mas não foi implementado ainda. Então, na  
1363 solicitação, gostaria que fizesse referência a esse processo, que aí eles  
1364 podem responder com objetividade porque que não homologaram, ou se  
1365 já homologaram ou não. **ANDRÉ FILO-CREÃO:** Grupo, por favor, doutor  
1366 Batista, o senhor posta no grupo, porque aí facilita para a nossa  
1367 secretaria, quando expedir o ofício, fazer referência. Se o senhor puder,  
1368 nos ajudaria. Obrigado. **DES. PRESIDENTE MAIRTON CARNEIRO:**  
1369 Bom, gente, então, nós estamos com a pauta vencida aqui, e mais alguma  
1370 coisa, desejam? Pois não, doutor? **ALDENOR GONÇALVES - ITERPA:**  
1371 Coisa rápida, só com relação a minha manifestação, que eu dei uma  
1372 informação na reunião passada e a espontaneidade não registrou todo o  
1373 meu pensamento. Eu deixei algumas lacunas que aparecem na ata, e eu  
1374 repassei à doutora Adriana uma espécie de correção de estilo lá que eu  
1375 gostaria que constasse na ata. Obrigado. **DES. PRESIDENTE MAIRTON**  
1376 **CARNEIRO:** Está bom. Eu tentei ligar para o doutor Walter Rezende para  
1377 ele nos dar essa resposta, mas ele não atendeu. Deve estar em alguma  
1378 reunião. Depois eu vejo com ele. Mas vai ser em [ininteligível]. Está bem  
1379 gente, sem mais nenhum... Olha, dia 29 de novembro, próxima reunião,  
1380 está bem? Entendeu? Então, gente, muito obrigado e eu espero vocês  
1381 aqui no dia 29 agora. Também estou aguardando o dia 31, quem quiser  
1382 comparecer conosco às 14h. **INCLUSÃO DA FALA DO SR. ALDENOR**  
1383 **GONÇALVES – ITERPA:** Este caso é realmente importante. Lemos o  
1384 parecer ao qual o Dr. Ibrahim, acaba de se referir. Está redondinho; quero  
1385 dizer é um parecer consistente, está bem fundamentado e resulta sem  
1386 dúvida numa contribuição muito importante, valiosa. Cabe aqui, porém,

1387 um esclarecimento. o Instituto de Terras do Pará está trabalhando para  
1388 garantir que a população economicamente vulnerável que ocupa a área  
1389 da comunidade “Virgílio Serrão” tenha a sua demanda atendida. Nesse  
1390 sentido posso informar que o ITERPA já concluiu o estudo cartográfico e  
1391 praticamente só falta definir ou esclarecer a questão da dominialidade da  
1392 área, o que no momento não depende dele, ITERPA. É que a área está  
1393 arrecada, sim, mas arrecadada sumariamente, conforme se informa no  
1394 respectivo processo judicial. E como se sabe toda arrecadação sumária é  
1395 praticamente feita no escritório, não se vai ao local; e por isso ela traz  
1396 sempre aquelas ressalvas dizendo que os documentos, títulos, registros  
1397 etc., constantes da área devem ser considerados posteriormente. É isso  
1398 que se faz agora. Somente após receber a resposta à consulta feita ao  
1399 Cartório do município do Moju o ITERPA poderá saber se a área está sob  
1400 o domínio do Estado ou não. Estamos, portanto, no aguardo dessa  
1401 resposta para finalizar o questionamento. *Assim, eu, Alessandra Trindade  
1402 Ribeiro Lauande, auxiliar judiciária, lavrei a presente  
1403 ATA*////////////////////////////////////  
1404

1405

1406

1407

1408

1409

**MAIRTON MARQUES CARNEIRO**

Ouvidor Agrário e Presidente da Comissão Permanente de  
Monitoramento, Estudo e Assessoramento das Questões Ligadas à  
Grilagem – CPMEAQLG